



ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60
NIRE n.º 413 00 019886
Companhia Aberta
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2010.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; (iv) parecer do conselho fiscal; e (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.all-logistica.com/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).



ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

A administração da Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010 foi de R\$ 239.878.542,79.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31/12/2010 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 56.971.153,91, o que equivale a R\$ 0,082915805 para cada ação (ALLL3) nesta data. Os valores de dividendos por ação poderão sofrer alterações até a data da Assembléia Geral Ordinária em razão do exercício de opções de ações vinculadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o qual reflete diretamente na quantidade de ações em tesouraria.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A administração da Companhia propõe a distribuição de 25% lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A proposta da administração da Companhia não contempla a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

| Valor Mobiliário | Ticker | JCP (R\$) | Dividendo (R\$) |
|------------------|--------|-----------|-----------------|
| Ação Ordinária | ALLL3 | - | 0,082915805 |



b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe que o pagamento dos dividendos aos acionistas seja feito no sexagésimo dia após a realização da Assembléia Geral Ordinária. Os dividendos serão pagos, mediante depósito bancário, em conta corrente indicada pelo acionista ao banco custodiante da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe o pagamento dos dividendos sem a incidência de correção monetária ou juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os titulares de ações de emissão da Companhia no fechamento do pregão na data da realização da Assembléia Geral Ordinária, prevista para 05/05/2011, terão direito ao recebimento dos dividendos propostos. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia (ALLL3) serão consideradas *ex* dividendos em 06/05/2011.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

A administração da Companhia informa que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores do exercício social encerrado em 31/12/2010.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| Exercício Social | 2010 | 2009 | 2008 |
|-------------------------|----------------|---------------|----------------|
| Lucro Líquido | 239.878.542,79 | 30.274.609,84 | 175.347.996,14 |
| Valor/Ação Ordinária | 0,082915805 | 0,002095092 | 0,014515670 |
| Valor/Ação Preferencial | - | 0,002095092 | 0,014515670 |
| Valor/Unit | - | 0,010475460 | 0,072578350 |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

| Exercício Social | 2010 | 2009 | 2008 |
|-------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Dividendos (R\$) | 56.971.153,91 | 7.190.219,80 | 41.645.149,08 |
| JCP (R\$) | - | - | - |
| Total | 56.971.153,91 | 7.190.219,80 | 41.645.149,08 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

Do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010, será destinado à reserva legal o valor de R\$ 11.993.927,14.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Em observância ao artigo 193 da Lei das S.A., do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

As Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

De acordo com o artigo 34 do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A administração da Companhia informa que o valor do dividendo obrigatório, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, será integralmente pago aos acionistas no sexagésimo dia após a realização da Assembléia Geral Ordinária.

c. Informar o montante eventualmente retido

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2010 para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2010 para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social, atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

A administração da Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010, será destinado à reserva de investimento o valor de R\$ 170.913.461,74.

c. Descrever como o montante foi calculado.

A Companhia esclarece que o montante destinado à reserva de investimento foi calculado conforme artigo 36 do Estatuto Social e corresponde a 75% do lucro líquido do exercício ajustado.



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção destinada a incentivos fiscais.



ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60
NIRE n.º 413 00 019886
Companhia Aberta
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações previstas nos itens 12.6 a 12.10 (informações sobre os candidatos indicados pela administração e/ou acionistas controladores) do Formulário de Referência instituído pela Instrução CVM 480/2009.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; (iv) parecer do conselho fiscal; (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP e (v) parecer do comitê de auditoria foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.all-logistica.com/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09
ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cada um dos candidatos a membro do Conselho de Administração apoiados pela administração e acionistas controladores declarou para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ainda, Companhia informa que:

(i) não há relações conjugais, uniões estáveis entre os candidatos ao Conselho de Administração e os demais administradores da Companhia, mas há parentesco até o segundo grau existentes entre os Srs. Wilson Ferro de Lara e a Sra. Paula Suelen de Lara Bao; entre os Srs. Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini e; entre os Srs. Raimundo Pires Martins da Costa e o Sr. Agilberto Pires Martins da Costa, todos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia;

(ii) não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre os candidatos ao Conselho de Administração e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia;

(iii) não há relações conjugais e uniões estáveis, até o segundo grau, existente entre candidatos ao Conselho de Administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia, mas há parentesco até o segundo grau existentes entre os Srs. Wilson Ferro de Lara e a Sra. Paula Suelen de Lara Bao e; entre os Srs. Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini, todos candidatos ao Conselho de Administração, e controladores diretos da Companhia;

(iv) não há relações conjugais e uniões estáveis entre os candidatos ao Conselho de Administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia, mas há parentesco até o segundo grau existentes entre os Srs. Wilson Ferro de Lara e a Sra. Paula Suelen de Lara Bao; e entre os Srs. Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini, todos candidatos ao Conselho de Administração, e controladores diretos da Companhia; e

(v) não há relações de subordinação e prestação de serviço, nos últimos 3 exercícios sociais entre os candidatos do Conselho de Administração e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas. Entretanto, há relação de controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os Srs. Nelson Rozental, Ricardo Profeta Marques, Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini, todos candidatos ao Conselho de Administração, e controlador direto da Companhia.



Adicionalmente, a Companhia informa que os candidatos a membro titular independente do Conselho de Administração serão apresentados aos acionistas para deliberação na Assembleia Geral Ordinária.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Wilson Ferro de Lara |
| CPF/MF | 184.955.169-34 |
| Idade | 56 |
| Profissão | Empresário |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) – Presidente |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Membro do Comitê de Gente e Gestão |

Currículo

Formou-se em Economia na Universidade Federal do Paraná em 1979 e possui mestrado em Administração de empresas também pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atualmente é: (i) Presidente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2001); (ii) Presidente do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (desde 2010 – Conselheiro desde 2001); (iii) Presidente do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.; (iv) Presidente do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.; (v) Membro do Comitê de Gente e Gestão da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho de Administração da Companhia (desde 2001); (ii) Membro do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (desde 2001); (iv) Membro do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (desde 2007); (v) Membro do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (desde 2008). As concessionárias são todas companhias abertas e acima fazem parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. Wilson Ferro de Lara é acionista pertencente ao grupo controlador da Companhia desde 2006. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Paula Suelen de Lara Bao |
| CPF/MF | 033.118.929-17 |
| Idade | 29 |
| Profissão | Advogada |
| Cargo | Conselho de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser |

realizada em 05/05/2011

| | |
|----------------------|--|
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Direito pelo Centro Universitário Positivo (“Unicenp”) em 2004 e fez MBA Executivo na Fundação Getúlio Vargas (“FGV”) em 2006. Atualmente é (i) atua na área administrativa da Construtora Avantti S.A. desde 2010, como consultora; e, (ii) atuou na gerência premier do Banco HSBC S.A., de 2005 a 2006. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|--|
| Nome | Alexandre Behring Costa |
| CPF/MF | 938551687-68 |
| Idade | 44 |
| Profissão | Engenheiro Conselheiro de Administração (Titular) - Vice |
| Cargo | Presidente |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Membro do Comitê de Gente e Gestão |

Currículo

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pela *Harvard Graduate School of Business*, onde se formou com louvor como Baker Scholar e Loeb Scholar. Atualmente é: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) *Managing partner* da 3G Capital INC (veículo mundial de *private equity*, sociedade controladora indireta da Hana Investments LLC (veículo de investimentos), acionista pertencente ao grupo controlador da Companhia); (iii) Membro do Conselho de Administração da CSX Corporation (companhia aberta de transporte ferroviário situada nos Estados Unidos); (iv) Membro Suplente do Conselho de Administração das Lojas Americanas S.A (empresa do setor de varejo). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Sul (de 2002 a 2004); (ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2004); (iii) Membro suplente do Conselho de Administração das Lojas Americanas S.A. (desde 2004); (iv) Membro do Conselho de

Administração da B2W - Companhia Global do Varejo (empresa do setor de varejo) (de 2006 a 2008); e (v) Membro do Conselho de Administração da CSX Corporation (desde 2008). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Vera Cristine Klassen |
| CPF/MF | 746.929.339-68 |
| Idade | 43 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) - Vice Presidente |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia em 1991 pela FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia com pós graduação na área de marketing pelo Instituto Superior de Pós-Graduação (ISPG). Ingressou na Companhia em 1997 nas funções de secretaria executiva a qual se mantém até hoje, exercendo as funções de gerenciamento de eventos executivos, gerenciamento de agendas corporativas e de reuniões da administração da Companhia.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Bernardo Vieira Hees |
| CPF/MF | 014.274.977-02 |
| Idade | 42 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Membro do Comitê de Gente e Gestão |

Currículo



Formou-se em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, possui mestrado em administração pela Universidade de Warwick, na Inglaterra, participou do programa Owners & President Management em Harvard. Atualmente é: (i) Membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Membro do Comitê de Gente e Gestão da Companhia; e (iii) Diretor Presidente do Burger King Corporation. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Presidente do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Sul (de 2004 a 2010); (ii) Membro do Conselho de Administração da Companhia (de 2004 a 2010); (iii) Diretor Presidente da Companhia (de 2005 a 2010); (iv) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Norte (de 2004 a 2010); (v) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Paulista (desde 2008 como Conselheiro e de 2009 a 2010 como Presidente); (vi) Membro do Conselho da ALL – América Latina Logística Malha Oeste (de 2009 a 2010); (vii) Diretor- Presidente ALL – América Latina Logística Intermodal (de 2005 a 2010) . As concessionárias indicadas possuem capital aberto e fazem parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Cristiane Gritsch |
| CPF/MF | 016.993.149-85 |
| Idade | 35 |
| Profissão | Advogada e Administradora |
| Cargo | Conselho de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em administração de empresas Universidade Federal do Paraná (“UFPR”), em 1998, e em direito pelo Centro Universitário Curitiba (“UNICURITIBA”), em 1999, com pós graduação em finanças empresariais pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), em 2001 e LLM em direito empresarial pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (“IBMEC”), em 2009. Desde julho de 2004 até a presente data, é Gerente Jurídica da ALL – América Latina Logística S.A. e de suas controladas. Dentre as controladas da ALL, há 4 concessionárias de transporte ferroviário que possuem capital aberto (ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.) e fazem parte do grupo econômico da Companhia. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve

sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Riccardo Arduini |
| CPF/MF | 066.751.668-91 |
| Idade | 63 |
| Profissão | Engenheiro |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Membro do Comitê de Gente e Gestão |

Currículo

Formou-se em engenharia mecânica e possui pós-graduação em administração pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é: (i) membro titular do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1997; (ii) membro titular do Conselho de Administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (desde 1999) (companhia aberta de investimentos e administração de imóveis comerciais no Brasil); (iii) vice-presidente da CINPAL - Cia. Industrial de Peças para Automóveis (empresa do ramo de peças de automóveis). Nos últimos 5 anos desenvolveu atividades nas sociedades acima citadas. O Sr. Riccardo Arduini é Diretor Presidente da Judori Empreendimento e Participações S.A. (empresa integrante do grupo de controle da Companhia). O Sr. Riccardo Arduini e a Judori são acionistas pertencentes ao grupo controlador da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Antonio Afonso Simões |
| CPF/MF | 367.310.488-67 |
| Idade | 68 |
| Profissão | Advogado |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |

Mandato

Indicação Controlador

Outros cargos Não há.

Currículo

Formou-se em Direito pela Faculdade de Osasco em 1978, é especialista em Direito de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é: (i) Procurador da EPE Empresa de Participações e Empreendimentos S/A; (ii) Procurador da CPE – Companhia de Participações e Empreendimentos; (iii) Administrador da INCOEM Incorporações e Empreendimentos Ltda; (iv) Diretor da BALATON Empreendimentos Ltda; e (v) Diretor da CINPAL – Companhia Industrial de Peças para Automóveis. Nos últimos cinco anos atuou como: (i) Administrador da INCOEM Incorporações e Empreendimentos Ltda (desde 2003); (ii) Diretor da BALATON Empreendimentos Ltda (desde 2004); e (iii) Diretor da CINPAL – Companhia Industrial de Peças para Automóveis (desde 1977).

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Giancarlo Arduini |
| CPF/MF | 308.224.798-93 |
| Idade | 29 |
| Profissão | Advogado |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização pelo Curso de Extensão e Atualização em Business Economics na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é: (i) Advogado; (ii) Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) Diretor da Judori Administração, Empreendimentos e Participações S.A. (empresa do ramo de investimentos pertencente ao grupo controlador da Companhia). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2006). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome Alessandro Arduini
CPF/MF 330.348.968-83
Idade 26
Profissão Engenheiro de Produção Mecânica
Cargo Conselheiro de Administração (Suplente)
Data Eleição Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011
Data Posse Não aplicável.
Prazo
Mandato Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
Indicação Controlador
Outros cargos Não há.

Currículo

Formou-se em engenharia de produção mecânica pelo Instituto Mauá de Tecnologia em 2008. Atualmente, é: (i) Engenheiro; e (ii) Diretor da Judori Administração, Empreendimentos e Participações S.A. (empresa do ramo de investimentos pertencente ao grupo controlador da Companhia). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome Sérgio Messias Pedreiro
CPF/MF 065.223.478-06
Idade 46
Profissão Engenheiro
Cargo Conselheiro de Administração (Titular)
Data Eleição Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011
Data Posse Não aplicável.
Prazo Mandato Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
Indicação Controlador
Outros cargos Não há.

Currículo

Formou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e possui mestrado em administração pela Stanford Graduate School of Business. Atualmente é: (i) Diretor Financeiro da Coty Inc. (sociedade norte-americana que fabrica e comercializa perfumes e cosméticos em mais de 100 países na América do Norte, Europa, Ásia e América Latina); e (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho de Administração da Companhia (desde 1999); (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e suas Controladas (de 2002 a 2009); (iv) Membro

do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Oeste (de 2006 a 2009); (v) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Paulista (desde 2009); e (vi) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Norte (desde 2009). As concessionárias são companhias abertas acima fazem parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Beatriz Primon de Orneles |
| CPF/MF | 056.507.649-30 |
| Idade | 24 |
| Profissão | Bacharel em Direito |
| Cargo | Conselho de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em direito pelo Centro Universitário Curitiba (“UNICURITIBA”), em 2010. Desde julho de 2009 até a presente data, é Analista Jurídica da ALL – América Latina Logística S.A. e de suas controladas, atuando, principalmente, nas áreas societária, tributária e de mercado de capitais. Dentre as controladas da ALL, há 4 concessionárias de transporte ferroviário que possuem capital aberto (ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.) e fazem parte do grupo econômico da Companhia. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Nelson Rozental |
| CPF/MF | 346.167.137-15 |
| Idade | 58 |
| Profissão | Engenheiro |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia |

Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011

| | |
|----------------------|--|
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Membro do Comitê de Gente e Gestão |

Currículo

Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Mestrado em Administração de Empresas pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é: (i) Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Membro Suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. (companhia aberta dedicada à mineração, produção e comercialização de extensa linha de materiais refratários); (iii) Sócio da BRZ Investimentos Ltda. (gestora de recursos independentes e integrante do grupo de controle da Companhia). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Sócio da GP Investimentos Ltda.(empresa de private equity)(de 1999 a 2006); (ii) Membro do Conselho de Administração da Bahia Sul Celulose S.A (empresa do ramo de papel e celulose); (iii) Membro do Conselho de Administração da Light S.A (empresa geradora e distribuidora de energia); (iv) Membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A (empresa do ramo de telefonia); (v) Membro do Conselho de Administração da Lochpe Maxion S.A (empresa fabricante de rodas e chassis para veículos); (vi) Membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A. (empresa construtora e incorporadora); (vii) Membro do Conselho de Administração da Hopi Hari S.A (empresa do ramos de entretenimento); (viii) Sócio da BRZ Investimentos Ltda (gestora de recursos independentes integrante do grupo de controle da Companhia); (ix) Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2009); e (x) Membro Suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. (à mineração, produção e comercialização de extensa linha de materiais refratários) (desde 2008). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da BRZ investimentos. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|--|
| Nome | Ricardo Propheta Marques |
| CPF/MF | 223.372.048-20 |
| Idade | 33 |
| Profissão | Engenheiro |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |

Mandato

Indicação Controlador

**Outros
cargos** Não há.

Currículo

Formou-se em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente é: (i) Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Membro Suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. (companhia aberta dedicada à mineração, produção e comercialização de extensa linha de materiais refratários); e (iii) sócio da BRZ Investimentos Ltda. (gestora de recursos independentes integrante do grupo de controle da Companhia). Nos últimos 5 atuou como: (i) Associado da GP Investimentos Ltda (de 2002 a 2006); (ii) Sócio da BRZ Investimentos Ltda. (desde 2007); e (iii) Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2009). Ainda, participou dos Conselhos de Administração de: (i) Equatorial Energia S.A.(companhia aberta holding do setor elétrico com presença nos estados do Maranhão e do Rio de Janeiro); (ii) Portal iG (Provedor de Internet); e (iii) Lupatech S.A. (companhia aberta atuante no mercado brasileiro de petróleo e gás). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da BRZ. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal.

| | |
|--------------------------|---|
| Nome | Wagner Pinheiro de Oliveira |
| CPF/MF | 087.166.168-39 |
| Idade | 49 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, com especialização em administração e gestão financeira pela Fundação Getúlio Vargas e em finanças pela Universidade de São Paulo. Atualmente é: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (fundo de pensão pertencente ao grupo controlador da Companhia); (iii) Membro do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A.(empresa do ramo de telefonia); e (iv) Presidente do Instituto Cultural de Seguridade Social (empresa de fomento do Seguro Social). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da

Companhia (desde 2009); (ii) Presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros; (iii) Membro do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A.; (iv) Presidente do Instituto Cultural de Seguridade Social. Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Petros. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Sérgio de Vasconcellos Rodrigues |
| CPF/MF | 024.998.328-19 |
| Idade | 45 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1983 e possui pós graduação pela Fundação Getúlio Vargas em gerenciamento de projetos, em 2006. Atualmente é: (i) Assessor da Presidência da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social (Companhia que é quotista da gestora de recursos independentes e integrante da ALL Fundo de Investimento em Participações, pertencente ao grupo controlador da Companhia). Nos últimos 5 anos atuou como Diretor da empresa imobiliária Bragalía & Rodrigues Imóveis de 1995 a 2003. Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Guilherme Narciso de Lacerda |
| CPF/MF | 142.475.006-78 |
| Idade | 57 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |



| | |
|----------------------|--|
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia e possui Mestrado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é: (i) Diretor-Presidente da Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (um dos quotistas da BRZ ALL Fundo de Investimento em Participações, gestora de recursos independentes, ambos pertencente ao grupo controlador da Companhia); (ii) Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Nos 5 anos atuou como: (i) Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S.A (de 2003 a 2006); (ii) Presidente do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (de 2003 a 2006); (iii) Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia (desde 2006). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Marcos Rocha de Araújo |
| CPF/MF | 381.665.501-72 |
| Idade | 44 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Ciências Econômicas pela União Educacional de Brasília. Atualmente é: (i) Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) Trabalha como Especialista da Gerência de Participações da FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (fundo de pensão) responsável pela área de análise e acompanhamento de operações de fusões e aquisições, fundos de investimento em participações - Private Equity e Venture Capital), quotista do BRZ ALL Fundo de Investimento

em Participações (fundo de investimentos na ALL), e ambos são pertencentes ao grupo controlador da Companhia. Nos últimos 5 anos foi membro do: (i) Conselho Fiscal da Tele Norte Celular Participações S.A (empresa de comunicação).; (ii) do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S.A. (empresa do ramo de transporte ferroviário adquirida pela ALL), ; (iii) do Conselho de Administração da Bahema S.A. (empresa do ramo de investimentos); e (iv) do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. (empresa do ramo de telefonia). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Henrique Amarante da Costa Pinto |
| CPF/MF | 142.475.006-78 |
| Idade | 51 |
| Profissão | Engenheiro |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Mestrado em Administração pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado *International Securities, Investment and Banking pela University of Reading - UK*. Atualmente, é: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Superintendente e Chefe de Departamento de Divisão Operacional no BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (empresa integrante do grupo de consórcio da Companhia). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S.A. e da Novoeste Brasil S.A. e (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia (desde abril de 2008). A Brasil Ferrovias S.A. e a Novoeste Brasil S.A. pertencem ao grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------|--------------------------------------|
| Nome | Laura Bedeschi Rego de Mattos |
| CPF/MF | 253.585.728-64 |

Idade 35
Profissão Engenheira
Cargo Conselheiro de Administração (Suplente)
Data Eleição Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011
Data Posse Não aplicável.
Prazo
Mandato Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
Indicação Controlador
Outros cargos Não há.

Currículo

Mestre em Planejamento Energético pela COPPE (UFRJ), Pós-Graduada em Finanças pelo IBMEC – RJ e Engenheira Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui experiência de 10 anos em Estruturação de Operações nas modalidades de Renda Fixa e Renda Variável em organizações representativas do setor financeiro (BNDESPAR, BNDES e FINEP). No BNDES desde 2002, possui experiência na estruturação de operações de Project Finance em Infra-estrutura e ocupou, por 5 anos, posição executiva, como Gerente e como Chefe de Departamento, no Departamento de Investimentos da Área de Mercado de Capitais. Neste Departamento foi responsável pelos investimentos em novas empresas da carteira da BNDESPAR. Ocupa atualmente a função de Chefe do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira de Ações da BNDESPAR. Atua como Conselheira Suplente da VALEPAR, empresa controladora da VALE S/A. Atuou como Membro do Comitê de Investimentos do Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão (FIPGG). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Nome Sérgio Ricardo Silva Rosa
CPF/MF 003.580.198-00
Idade 51
Profissão Administrador
Cargo Conselheiro de Administração (Titular)
Data Eleição Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011
Data Posse Não aplicável.
Prazo
Mandato Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
Indicação Controlador
Outros cargos Não há.

Currículo

Formou-se em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (“USP”) em 1981. Em sua carreira (i) foi Diretor Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, até maio de 2010; (ii) foi Presidente do Conselho de Administração da Vale S.A. e da Valepar S.A. até setembro de 2010; (iii) foi Diretor Presidente da Litel S.A. até outubro de 2010. Desde setembro de 2010 até a presente data é Presidente da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Vitoria Vaz Morgado |
| CPF/MF | 097.745.801-68 |
| Idade | 55 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo em 1982; possui pós graduação em Planejamento Urbano pela USP – Universidade de São Paulo em 1988 e, concluiu MBA em Comércio Exterior em 2001. Em sua carreira foi (i) Gerente Executiva até 2007; (ii) Conselheira Fiscal da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., controlada pela Companhia de 2005 a 2006 e; (iii) Conselheira Fiscal da Aliança do Brasil de 2004 a 2011. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Ricardo Schaefer |
| CPF/MF | 507.857.450-68 |
| Idade | 43 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |

| | |
|----------------------|--|
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1993 e tem pós-graduação em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em 1996. Em sua carreira (i) atua como Subsecretário de Gestão Estratégica e Competitividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; (ii) foi Diretor de Gestão e Planejamento da Agência de Promoção de Exportação e Investimentos – Apex Brasil, de maio de 2007 a dezembro de 2010, e; (iii) atuou como Chefe de Gabinete da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI, de janeiro de 2005 a maio de 2007. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Caio Marcelo de Medeiros Melo |
| CPF/MF | 376.763.691-34 |
| Idade | 39 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília em 1997; créditos de mestrado da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas em 1998. Em agosto de 1998 tomou posse no BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), onde já atuou como analista de renda variável, gerente de renda fixa e renda variável, chefe do departamento de saneamento e transporte urbano e chefe do departamento de acompanhamento e gestão da carteira de ações da BNDESPAR – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (“BNDESPAR”). Atualmente, é

superintendente da Área de Mercado de Capitais do BNDES. Já exerceu mandatos no conselho de administração da Aços Villares, Tecnologos, ALL, Klabin, Companhia Vale do Rio Doce, Valepar e Telemar. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Roberto Rodrigues |
| CPF/MF | 059.326.371-53 |
| Idade | 69 |
| Profissão | Engenheiro Agrônomo |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz da Universidade de São Paulo. Atualmente é: (i) Membro titular independente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da Fertilizantes Heringer S.A (empresa do ramo de fertilizantes). Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre janeiro de 2003 e junho de 2006; (ii) Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fertilizantes Heringer S.A. (desde 2007); (iii) Membro Titular Independente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2010); (iv) Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (iii) Membro do Comitê de Sustentabilidade da Aracruz S.A. (empresa do ramo de celulose). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|---------------------|---|
| Nome | Linneu Carlos da Costa Lima |
| CPF/MF | 200 426 208-72 |
| Idade | 70 |
| Profissão | Agricultor |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia |

| | |
|----------------------|--|
| | Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Especialista em óleos vegetais pela VD Anderson, Cleveland Ohio e Woodpreserving na Taylo &r Coquitt, Spartamburg, South Caroline. Atualmente é Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira. Em sua carreira foi (i) Presidente da Coopermococa, (ii) Secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura na gestões dos Ministros Roberto Rodrigues e Luís Carlos Guedes Pinto, de 2003 a 2007, e; (iii) Presidente do Museu do Café até 2010, em Santos. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Raimundo Pires Martins da Costa |
| CPF/MF | 486.731.966-04 |
| Idade | 51 |
| Profissão | Engenheiro |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Titular) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e possui mestrado em Administração pela Fundação Dom Cabral de Minas Gerais. Atualmente é: (i) Consultor e Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Diretor de Operações da Companhia (de 1999 a 2008); (ii) Diretor de Operações da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (de 1999 a 2008); (iii) Diretor de Operações da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (de 1999 a 2008); (iv) Membro Titular do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (desde 2006); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (desde 2006); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da ALL – América



Latina Logística Malha Oeste S.A. (desde 2006); e (vii) Membro Titular do Conselho de Administração da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (desde 2006), (viii) Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia (desde março de 2008), todas companhias abertas concessionárias do transporte ferroviário de cargas. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Agilberto Pires Martins da Costa |
| CPF/MF | 609.955.66-87 |
| Idade | 49 |
| Profissão | Empresário |
| Cargo | Conselheiro de Administração (Suplente) |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Engenharia Civil pela Fumec – Fundação Minera de Educação e Cultura em 1987. Fundador e Proprietário da Organização Brasil Flat desde 1994. Hoje é o principal acionista e presidente da Rede Gourmet. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Cada um dos candidatos a membro do Conselho Fiscal apoiados pela administração e acionistas controladores declarou para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Newton de Souza Junior |
| CPF/MF | 848.556.657-20 |
| Idade | 46 |
| Profissão | Advogado |
| Cargo | Membro Titular do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2010 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Administração pelo Instituto de Pesquisa e Pós- Graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o Sr. Souza é: (i) Membro Efetivo e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos foi: (i) Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia (desde 2009); (ii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Nova Ferroban S.A (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iv) Diretor Jurídico da Estácio Participações S.A. (organização privada de ensino superior) (de 2007 a 2008); e (v) Sócio do Escritório de advocacia Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro (de 2004 a 2007). Adicionalmente, foi Diretor Executivo e Membro do Conselho de Administração da Ferropar – Ferrovia Paraná (empresa do ramo de transporte ferroviário) (2003 e 2004). Com exceção da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. e da Nova Ferroban S.A., nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Daniel José dos Santos |
| CPF/MF | 952.316.418-04 |
| Idade | 53 |
| Profissão | Contador |
| Cargo | Membro Suplente do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Contabilidade e fez pós-graduação em controladoria pela Universidade da Região de Joinville. Atualmente é: (i) Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Sócio da Prátika Consultoria e Assessoria Ltda.(empresa de consultoria) Adicionalmente, foi: (i) Especialista Sênior de Controladoria da Companhia (de 2001 a 2004); e (ii) Controller da Tupy S.A. (empresa do ramo de ferro e fundição) (de 1988 a 1996). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Ricardo Scalzo |
| CPF/MF | 370.933.557-49 |
| Idade | 60 |
| Profissão | Empresário |
| Cargo | Membro Titular do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Atualmente é: (i) Membro Fiscal do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Consultor. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho Fiscal da Contax S.A (empresa do ramo de call centers e outros – companhia de capital aberto) (de 2005 a 2007); (ii) Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iii) Membro do Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iv) Membro do Conselho Fiscal do Hopi Hari Parque Temático (empresa do ramo de entretenimento) (de 2000 a 2008); (v) Membro do Conselho Fiscal Magnesita Refratários S.A (empresa do ramo Industrial – companhia de capital aberto) (2008 e 2009); (vi) Membro do Conselho Fiscal da Beneficência Médica Brasileira S.A – Hospital e Maternidade São Luiz (hospital) (2008 e 2009); (vii) Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas S.A (empresa do ramo de varejo e companhia de capital aberto) (da instalação até 2009). Adicionalmente, foi: (i) Gerente de Consultoria Financeira e Auditoria da Arthur Andersen S/C (empresa de auditoria) (de 1974 a 1982); (ii) Gerente de Controle Corporativo do Banco de Investimentos Garantia S.A (banco) (de 1982 a 1998); (iii) Membro do Conselho Fiscal Companhia e Cervejaria Brahma – Ambev (empresa do ramo de bebidas) (de 1992 a 2003); (iv) Diretor das empresas Varbra S.A (controladora da Lojas Americanas S.A do ramo de varejo) (de 1998 a 2002); (v) Diretor da Braco S.A, empresa controladora da AmBev (empresa do ramo de bebidas e companhia aberta) (de 1998 a 2002). Nenhuma das empresas acima mencionada faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | Marcelo Meth |
| CPF/MF | 596.424.677-04 |
| Idade | 54 |
| Profissão | Economista |
| Cargo | Membro Suplente do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Atualmente é: (i) Sócio da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda.; (ii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia); (iii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Hopi Hari S.A.

(empresa do ramo de entretenimento); (iv) Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo) e (v) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Auditor da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (bolsa de valores); (ii) Sócio Gestor da RB Capital (empresa do ramo de operações de crédito estruturado e investimentos imobiliários). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | José Miguel Correia |
| CPF/MF | 287.442.174-04 |
| Idade | 49 |
| Profissão | Bacharel em Direito |
| Cargo | Membro Titular do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2010 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 2009; em Gestão Segura e Eficaz de Risco de Crédito Corporativo em 2007 e especialista em Previdência Complementar desde 2007. Atualmente é: (i) Técnico bancário da CEF – Caixa Econômica Federal desde 1983. Nos últimos 5 anos foi: (i) Membro do Conselho Deliberativo da FUCEF - Fundação dos Economistas Federais desde 2009; (ii) membro do Conselho Fiscal da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (2002-2006); (iii) membro do Conselho de Administração da Cia. de Serviços Urbanos do Recife – CSURB (2001-2004); (iv) membro do Conselho Fiscal da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE (desde 2008); (v) Diretor da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE (2005-2008); (vi) Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco (2000-2004); (vii) Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste – FETEC/NE (1992-1997) e; (viii) Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bancários – CNB-CUT (1996-2000). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

| | |
|----------------------|---|
| Nome | José Lino Fontana |
| CPF/MF | 691.062.407-63 |
| Idade | 51 |
| Profissão | Contador |
| Cargo | Membro Suplente do Conselho Fiscal |
| Data Eleição | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05/05/2011 |
| Data Posse | Não aplicável. |
| Prazo | |
| Mandato | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013 |
| Indicação | Controlador |
| Outros cargos | Não há. |

Currículo

Formou-se em Ciências Contábeis pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; tem MBA Controladoria e Finanças pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é: (i) Gerente de Contabilidade e Orçamento da FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais, desde 2003, cedido pela CEF – Caixa Econômica Federal. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) funcionários da CEF – Caixa Econômica Federal; (ii) participou de cursos de Planejamento e Orçamento Estratégico – Instituto Cultural de Seguridade Social e; (iii) participou do curso sobre a Nova Lei das S/A e dos pronunciamentos do CPC – Conselho Regional de Contabilidade do DF. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.



ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60
NIRE n.º 413 00 019886
Companhia Aberta
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 12º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de fixação da remuneração dos administradores.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; e (iv) parecer do conselho fiscal; (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.all-logistica.com/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).



13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da direção não estatutária

Objetivos da política ou prática de remuneração

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas e assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

No caso dos diretores e membros do Conselho de Administração, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Para os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês da Emissora, não há práticas de remuneração variável na Companhia. Vale destacar que até 2009 existiam comitês de assessoramento com remuneração específica. A partir de 2010, não existe remuneração específica para membros dos comitês de assessoramento, uma vez que os atuais membros dos referidos comitês já recebem remuneração como membro dos órgãos de administração da Companhia.

Composição da remuneração

Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com a média do mercado; e (ii) remuneração variável, caso o membro do Conselho de Administração exerça funções executivas na Companhia, com o objetivo de estimular e recompensar resultados expressivos por meio de participação nos lucros e Plano de Opção de Compra de Ações (“POCA”).

Dentre as funções executivas exercidas pelo membro do Conselho de Administração que participa da remuneração variável da Companhia, citamos: acompanhamento mensal da gestão dos resultados e metas da diretoria, participação no estabelecimento de diretrizes estratégicas, defesa dos interesses dos acionistas e atendimento às requisições apresentadas pelos investidores, fiscalização do cumprimento das regras de governança corporativa, dentre outras.

Somente um membro do Conselho de Administração exerce função executiva, na Companhia, fazendo jus ao recebimento de remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.



Diretoria

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em componentes fixo e variável, sendo o salário base (componente fixo) alinhado com a média do mercado, enquanto o diferencial é a remuneração variável e de médio e longo prazo, esta última refletida nas opções outorgadas no âmbito do POCA.

A remuneração variável é composta por (i) uma remuneração em dinheiro e, (ii) a critério da Companhia, em plano de opções de ações. A remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos qualificados, incentivando-os a permanecer a médio e longo prazo na Companhia, estimulando o atendimento dos resultados, de forma a buscar a melhoria contínua.

Em relação ao recebimento de benefícios diretos e indiretos, a Companhia fornece a todos os seus empregados, inclusive, aos membros da Diretoria, seguro de vida, assistência médica e odontológica, sendo esses últimos, opcionais.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Gestão que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, além das indicações de Beneficiários para participação do POCA, e a submete para posterior deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal. O Conselho Fiscal em exercício recebe o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia são administradores.

Os membros do Comitê de Gestão e do Comitê do POCA, únicos comitês instalados na Companhia, não recebem qualquer remuneração adicional pelo desempenho de suas funções.

Os membros dos Comitês não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

Vale destacar que o Comitê de Auditoria, que teve remuneração de R\$ 345 mil para o ano de 2009, foi extinto com a aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, uma vez que suas funções foram cumuladas pelo Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social vigente da Companhia, aprovado em Assembleia Extraordinária realizada em 09/09/2010.

Proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme mencionado no item 13.1.b.i, acima.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 15% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 85%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa aproximadamente 40% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa, aproximadamente, 60%.

Com relação aos membros do Conselho de Administração, apenas os que exercem funções executivas na Companhia possuem remuneração variável atrelada a resultados individuais e da Companhia. Já no caso do Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 37% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 63%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa aproximadamente 67% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa, aproximadamente, 33%.

A remuneração pode variar conforme o desempenho verificado tanto com relação à Companhia quanto com relação aos administradores. Assim, caso a Companhia ou o administrador não atinjam os resultados mínimos estabelecidos, não haverá qualquer pagamento de remuneração variável de curto prazo.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração e formas de reajustes pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Quanto aos critérios de comparação, a Companhia efetua a comparação com outras empresas de capital aberto, independentemente do setor de atuação, mas com faturamento similar, bem como com as demais empresas que atuam no setor de logística nacional.

Vale destacar que não há um critério pré-definido para o cálculo do reajuste da remuneração dos administrados e demais empregados da Companhia.

Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos administradores é definida de modo a encorajá-los a alcançar resultados de curto e de longo prazo da Companhia. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa em linha com a praticada pelo mercado, estimulando-se, no entanto, a busca de resultados expressivos para a obtenção de remuneração variável acima da média do mercado. Para isso, a remuneração



variável é definida de acordo com as seguintes bases: (i) as metas da Companhia que definem o alcance dos resultados deverão ser desafiadoras, mas atingíveis; (ii) abaixo de determinado nível de alcance das metas não será conferido qualquer remuneração variável, mas atingimentos excepcionais deverão ser remunerados com participação nos lucros equivalentes ou mesmo superiores aos maiores níveis de mercado; (iii) a remuneração variável apenas será concedida se tanto as metas da Companhia quanto as do administrador forem alcançadas.

No longo prazo, com a possibilidade de outorga de opções, estimula-se a conjunção dos interesses de acionistas e administradores no médio e longo prazo, mediante o investimento em ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda pelo período de 2 ou 3 anos.

Para o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções.

Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no orçamento da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração, cujos principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são EBITDA, EVA, lucro líquido, fluxo de caixa, volume de transporte, produtividade dos ativos, entre outros.

Estrutura da remuneração que visa refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O elemento variável da remuneração se realiza anualmente e leva em consideração metas estabelecidas para a Companhia, diretorias e unidades de negócio específicas e para cada administrador ou empregado individualmente considerado. Inicialmente são determinadas as metas aplicáveis à Companhia, e, em seguida, tais metas são desdobradas de forma específica para cada diretoria ou unidade de negócios. Esse desdobramento de metas é sempre feito de modo que o alcance das metas pelas diretorias ou unidades de negócio esteja sempre alinhado com as metas da Companhia, contribuindo para o resultado desta.

O desempenho da Companhia deverá atingir um mínimo para que haja o pagamento de remuneração variável. No mesmo sentido, resultados excepcionais da Companhia também são refletidos em remunerações variáveis expressivas. O valor da remuneração variável atribuída aos administradores e empregados, além de pautar-se nos resultados da Companhia, também depende do alcance de suas metas individuais.

Assim, qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.



Alinhamento da política ou prática de remuneração com interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da remuneração variável. Neste caso, os resultados da Companhia e dos seus administradores durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado de dois elementos: (i) consistência no atendimento de metas relativas aos principais indicadores, de forma anual; e (ii) as características do POCA, que exigem um comprometimento de recursos no longo prazo (em razão do período de restrição à venda das ações correspondentes e do prazo de 5 anos para a incorporação das opções).

Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração, seja ela fixa ou variável, dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração é suportada pela Companhia. Não há remuneração de administradores suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 Remuneração total de conselho do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | 15,00 | 8,00 | 3,00 | 26,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.500.000,00 | 6.000.000,00 | 600.000,00 | 10.100.000,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 2.000.000,00 | 18.000.000,00 | 0,00 | 20.000.000,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total da remuneração | 5.500.000,00 | 24.000.000,00 | 600.000,00 | 30.100.000,00 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | 12,08 | 7,83 | 3,00 | 22,91 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 2.728.154,00 | 5.144.690,00 | 389.160,00 | 8.262.004,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 1.527.108,00 | 16.552.448,00 | 0,00 | 18.079.556,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações | 3.168.201,00 | 11.285.580,00 | 0,00 | 14.453.781,00 |
| Total da remuneração | 7.423.463,00 | 32.982.718,00 | 389.160,00 | 40.795.341,00 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Nº de membros | 13,00 | 8,67 | 4,00 | 25,67 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 2.086.000,00 | 4.669.000,00 | 375.000,00 | 7.130.000,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participações em comitês | 345.000,00 | 0,00 | 0,00 | 345.000,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 9.426.000,00 | 0,00 | 9.426.000,00 |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total da remuneração | 2.431.000,00 | 14.095.000,00 | 375.000,00 | 16.901.000,00 |

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2011)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número de membros | 1 | 8 | 0 | |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração* | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração* | 2.000.000 | 18.000.000 | 0,00 | 20.000.000 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 2.000.000 | 18.000.000 | 0,00 | 20.000.000 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.

Nota: A Companhia esclarece que o bônus para o exercício de 2011 ainda será objeto de aprovação em AGOE a ser realizada em 05/05/2011.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2010

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número de membros | 2 | 7,83 | 0 | |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo no plano de remuneração | 1.527.108 | 16.552.448 | 0,00 | 18.079.556 |
| Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 1.527.108 | 16.552.448 | 0,00 | 18.079.556 |

| | | | | |
|--|-----------|------------|------|------------|
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 1.527.108 | 16.552.448 | 0,00 | 18.079.556 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2009

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número de membros | 1 | 6,87 | 0 | |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.

Nota: A Companhia não efetuou pagamento de bônus referente ao exercício de 2009.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Termos e condições gerais

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“POCA”), empregados de alto nível, prestadores de serviço e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O POCA foi aprovado pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 1999. O POCA estabelece as condições gerais para a outorga das opções, os critérios para definição do preço de aquisição, os termos e condições de tais opções, as restrições para alienação das ações adquiridas por meio do plano, além de definir diversas atribuições do Conselho de Administração na condição de administrador o Plano.

Nos termos do POCA, o Conselho de Administração, enquanto seu administrador ou, a critério dele, por um comitê especialmente formado para esse fim (“Comitê do POCA”), tem amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do POCA. O Comitê do POCA realiza as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais podem ser definidos os Beneficiários, o número e espécie de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, os períodos para exercício e o prazo máximo para exercício das opções, normas sobre a transferência das opções e eventuais restrições às ações adquiridas, bem como disposições sobre penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contrato de Opção de Subscrição ou Compra a Termo de Ações e Outros Pactos (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do POCA e do Programa correspondente.

Os programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”). No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M. Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto: (i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.



Podem ser beneficiários dos Programas membros da administração, membros do conselho fiscal, empregados da Companhia e prestadores de serviços.

Até a data da apresentação deste Formulário de Referência foram outorgadas opções através dos Programas de 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, sendo a cada ano um Programa específico.

Principais objetivos do plano

Os programas de opção de compra de ações da Companhia objetivam: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos Beneficiários adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas da Companhia.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimulam os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do POCA.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

Inserção do plano na política de remuneração da Companhia

O POCA atualmente em vigor insere-se na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, a remuneração em ações está diretamente ligada a este alinhamento de interesses.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos Programas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em programas anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item 13.4.h abaixo - Prazos de Incorporação das Opções) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços mais baixos que o valor



de mercado das ações da Companhia, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização de tais ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (ver item 13.4.1 abaixo - *lock up*), também modula os incentivos do Beneficiário para um prazo mais longo: as ações objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o Beneficiário apenas auferirá um ganho se as ações da Companhia mantiverem-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser alienadas.

Número máximo de ações abrangidas

Desde a constituição do plano de opções, em 1999, até 31.12.2010 a quantidade máxima de ações objeto de outorga de opções ainda não exercidas corresponde a 9.630.570 ações ordinárias de emissão da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções de todos os Programas em aberto.

Número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções, conforme Estatuto Social da Companhia, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações, tem como (i) limite anual 1,5% do capital social para a outorga de opções e (ii) o limite máximo de 5% do capital social para o total de opções outorgadas.

Condições de aquisição de ações

Quanto a Participação nos Programas

Como regra geral para a participação dos Beneficiários nos Programas criados pelo Comitê do POCA, há a obrigação de adquirir 10% do total das opções na data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral os Beneficiários do Programa 2009, programa criado pelo Comitê do POCA em troca das opções outorgadas em Programas anteriores. Em 03.08.2009, o Comitê do POCA cancelou os Programas 2007 e 2008 e trocou as opções ainda não exercidas pelos Beneficiários destes planos por um novo programa, o Programa 2009, na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados dos Programas 2007 e 2008, os Beneficiários receberam 5 opções no âmbito do Programa 2009.

Quanto aos Prazos de Incorporação das Opções

Os Beneficiários podem adquirir, anualmente e durante 5 anos, o direito de efetuar contribuições pelas opções outorgadas no âmbito de cada Programa.

Como regra geral, os Beneficiários devem efetuar o pagamento de 10% do valor das opções, no ato da assinatura do Contrato, como condição para participação no Programa, passando a adquirir o direito de efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações.



Excetuam-se desta regra geral os administradores da Companhia que são Beneficiários do Programa 2006. Para este programa, a aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações altera de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o Beneficiário se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como a regra geral.

Quanto ao Preço de Exercício das Opções

Cada Programa define especificamente o preço para o exercício da opção. Como regra geral, o valor das contribuições, ou preço das ações, é atualizado pela variação do IGP-M/FGV a partir da data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral o valor das contribuições, ou preço das ações, do Programa 2003, cujo valor é atualizado pela variação do IGP-M/FGV acrescido de juros de 6% ao ano a partir da data da outorga.

Quanto ao Prazo de Extinção das Opções

Para os Programas anteriores a 31.12.2004, os Beneficiários terão o prazo extintivo até 31.12.2012 para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com os Programas.

Para os Programas 2005 e 2006, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 10 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com cada um destes Programas.

Para o Programa 2009, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 5 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com este Programa.

Programa de Restricted Shares Options

Em assembleia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovou o programa de “*restricted shares options*”. O programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de empregados e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, ao atingimento de metas operacionais individuais e ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de seis meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício é de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).



Não houve movimentações adicionais durante o exercício no âmbito do programa de “restricted share options”.

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de aquisição ou exercício é definido pelo Comitê do POCA com base na cotação média das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data das outorgas.

Para os programas anteriores a junho de 2004 (pré *Initial Public Offering*), o preço de aquisição ou exercício foi definido pelo Comitê do POCA com base no patrimônio líquido da Companhia na data das outorgas.

Critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para a fixação do prazo de exercício conforme descrito no item 13.4.h acima consideram os seguintes objetivos: (i) alinhamento dos interesses de curto, médio e longo prazo de valorização da Companhia; (ii) mecanismo de retenção de pessoas chave da Companhia; e (iii) consideração de valor justo implícito na outorga das opções.

Forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são objeto de emissão e aumento de capital correspondente, sempre dentro do limite do capital autorizado, com a consequente homologação pelo Conselho de Administração.

A Companhia também pode se utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Esta alternativa vem sendo utilizada pela Companhia para as opções exercidas desde abril de 2008.

Para os Programas criados até a data deste Formulário de Referência, a regra geral é de que 30% do preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes, sendo que o saldo remanescente de 70% deverá ser pago pelo Beneficiário em até 30 dias a contar da efetiva emissão ou transferência das ações.

Restrições à transferência das ações

As ações decorrentes do exercício de opções outorgadas encontram-se sujeitas a restrições à sua disponibilidade. Com exceção do Programa 2009, que é de 3 anos, os demais Programas possuem prazo de indisponibilidade das outorgas (*lock up*) de 2 anos contados da data da assinatura do Contrato. Atualmente, as opções outorgadas aos Beneficiários do Programa 2009 estão com restrição para sua disponibilidade.

Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Comitê do POCA possui atribuições diversas no âmbito da administração do POCA, podendo modificar unilateralmente os termos e condições da opção outorgada, desde que tais modificações não prejudiquem os direitos dos Beneficiários.

Ainda, em caso de incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a Companhia remanescente, ou a venda de parcela substancial da propriedade de mais de 80% das ações existentes da Companhia a qualquer outra sociedade, o POCA terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que se estabeleça por escrito, em conexão com tal transação, a manutenção do POCA e a assunção das opções até então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o POCA continuará na forma então prevista. Poderá, ainda, o Comitê do POCA estabelecer regras especiais de preço e de liquidação das contribuições para aquisição das ações efetuadas pelos beneficiários em caso de transferência de controle da Companhia.

Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Cessada, por qualquer razão: (i) a relação de emprego entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas, e o Beneficiário; ou (ii) o contrato de prestação de serviços entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas e o Beneficiário (independentemente do “nomen juris” adotado); ou (iii) o mandato de administrador do Beneficiário, exceto, para todas as hipóteses indicadas acima, nos casos de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, aplicar-se-á conforme o caso:

(A) Caso o contrato de trabalho, o contrato de prestação de serviços ou o mandato de administrador do Beneficiário tenha sido encerrado por justa causa, como definida na legislação trabalhista, ou por motivo que constituiria justa causa na forma da mesma legislação, o Beneficiário perderá automaticamente: (i) o direito de efetuar a contribuição para aquisição referente a lotes incorporados porventura ainda não contribuídos, ainda que não tenha decaído do direito de efetuar a contribuição para aquisição; bem como (ii) a expectativa de futura incorporação dos lotes não incorporados à data.

(B) Caso: (i) o contrato de trabalho do Beneficiário tenha sido encerrado sem justa causa, como definida na legislação trabalhista, por iniciativa da Companhia, suas coligadas e/ou controladas; ou (ii) o contrato de prestação de serviços ou o mandato do Beneficiário administrador tenha sido encerrado pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas, sem justificativa; ou (iii) o Beneficiário empregado peça demissão após a assinatura do Contrato; ou (iv) o Beneficiário prestador de serviços tome a iniciativa de encerrar seu contrato de prestação de serviços; ou (v) o Beneficiário administrador renuncie ao mandato após a assinatura do Contrato, aplicar-se-á o disposto nos itens (B1) e (B2) abaixo:

(B1) Exclusivamente no tocante às opções ainda não objeto de contribuição para aquisição, mas referentes a ações integrantes de lotes incorporados em relação às quais o Beneficiário não tenha decaído do direito de efetivar a contribuição para aquisição, o Beneficiário poderá, a seu critério, efetuar a contribuição para aquisição, no prazo máximo de 30 dias após a verificação dos eventos do item (B) acima, conforme o caso, após o que a Companhia, no prazo de 30 dias contados a partir da efetivação da respectiva contribuição para aquisição, emitirá ações e as entregará ao Beneficiário.



(B2) Caso se verifique qualquer das hipóteses do item (B) acima, o Beneficiário perderá automaticamente a expectativa de direito de futura incorporação dos lotes não incorporados à data da verificação dos referidos eventos.

(C) Não haverá qualquer pagamento ou indenização ao Beneficiário: (i) por conta das ações integrantes de lotes incorporados, cujo direito à contribuição o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto no item (A) acima; nem (ii) por conta das ações integrantes dos lotes não incorporados, cuja expectativa de futura incorporação o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto nos itens (A) ou (B2) acima, extinguindo-se de pleno direito a opção concedida em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho, do contrato de prestação de serviços ou do mandato do administrador Beneficiário, exceto se tal extinção se der em decorrência das hipóteses de falecimento e invalidez permanente.

13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

ALL – América Latina Logística S.A.

Data base: 31/12/2010

| Órgão | | ON's | %* |
|-----------------------|----|-------------------|-------------|
| Conselho | de | 42.664.764* | 6,19 |
| Administração | | | |
| Diretoria | | 258.591 | 0,04 |
| Conselho Fiscal | | 5.009 | 0,00 |
| Total de Ações | | 42.928.364 | 6,23 |

Nota: Em relação ao total de ações de emissão da Companhia.

** Parte dessas ações é sob a forma de ADR's.*

Segue abaixo tabelas demonstrativas das empresas controladas pela Companhia nas quais os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal possuem ações.

Vale destacar que os controladores diretos e indiretos, sociedades controladas e sob controle comum da Companhia, não possuem ações em sociedades controladas pela Companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A.

Data base: 31/12/2010

| Órgão | | PN's | %* |
|-----------------------|----|-------------|-------------|
| Conselho | de | 1 | 0,00 |
| Administração | | | |
| Diretoria | | 1 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | | 0 | 0,00 |
| Total de Ações | | 2 | 0,00 |

* Em relação ao total de ações de emissão da companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.

Data base: 31/12/2010

| Órgão | | ON's | %* |
|-----------------------|----|-------------|-------------|
| Conselho | de | 1 | 0,00 |
| Administração | | | |
| Diretoria | | 2 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | | 0 | 0,00 |
| Total de Ações | | 3 | 0,00 |

* Em relação ao total de ações de emissão da companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Data base: 31/12/2010

| Órgão | | PN's | %* |
|-----------------------|----|-------------|-------------|
| Conselho | de | 0 | 0,00 |
| Administração | | | |
| Diretoria | | 2 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | | 0 | 0,00 |
| Total de Ações | | 2 | 0,00 |

* Em relação ao total de ações de emissão da companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.

Data base: 31/12/2010

| Órgão | | ON's | %* |
|-----------------------|----|-------------|-------------|
| Conselho | de | 1 | 0,00 |
| Administração | | | |
| Diretoria | | 1 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | | 0 | 0,00 |
| Total de Ações | | 2 | 0,00 |

* Em relação ao total de ações de emissão da companhia.

13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

| Ano | Conselho de Administração | | | Diretoria | | |
|---|-------------------------------|-------------|-----------------|-------------------------------|---------------|-----------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 (4) | 2009 | 2010 | 2011 (4) |
| Número de Membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,67 | 7,83 | 0,00 |
| Programas | 2009 | 2010 | 2011 (4) | 2009 | 2010 | 2011 (4) |
| Em relação a cada outorga de opções de compra | | | | | | |
| Data da outorga | 1/8/09 | Não tem (5) | NA | 1/8/09 | 1/9/10 | N/A |
| Quantidade de opções outorgadas (1) | 0 | Não tem | NA | 387.500 | 2.170.000 (3) | N/A |
| Prazo para que as opções de tornem exercíveis | Ao longo de 5 anos | Não tem | NA | Ao longo de 5 anos | 31-dez-12 | N/A |
| Prazo máximo para exercício das opções | 5 anos a partir do vestimento | Não tem | NA | 5 anos a partir do vestimento | 30-jun-13 | N/A |
| Prazo de restrição à transferência de ações | 3 Anos a partir da outorga | Não tem | NA | 3 Anos a partir da outorga | 31-dez-12 | N/A |
| Preço Médio Ponderado de Exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | 12,24 | 11,96 | 13,30 | 9,28 | 10,62 | 11,82 |
| Em aberto no Início do Exercício Social | 12,24 | 11,96 | 13,30 | 9,28 | 10,62 | 11,82 |
| Perdidas no Exercício Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exercidas no Exercício Social | 0 | 0 | 8,73 | 6,40 | 7,88 | 0 |
| Expiradas no Exercício Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo das Opções na Data de Outorga (R\$) | 5,26 | 16,50 | 16,50 | 5,26 | 16,50 | 16,50 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (2) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,06% | 0,32% | 0,00% |

Em 2010, quantidades são em ações ON e preços são em R\$/ação ON

Nota 2: Quantidades de Units e Preço por Unit já refletem desdobramentos. Após 2010,

quantidade em ações ON

- (1) Inclui os 10% de ações adquiridas na adesão ao plano
- (2) Diluição com base nas opções em aberto e total de ações em 31/12/2010
- (3) Refere-se ao Plano de Restricted Share Options e o exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na cia em 31/12/2012, (ii) resultado da companhia e (iii) resultado individual
- (4) Para o exercício de 2011, não há nenhuma remuneração aprovada baseada em ações, tanto para o conselho de administração quanto para a diretoria estatutária.
- (5) Para o exercício de 2009 e 2010, não houve aprovação de Plano de Restricted Share Options direcionado para o Conselho de Administração, mas somente para Diretores e Empregados.

13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

| Ano 2010 | Conselho de Administração | de Diretoria |
|--|----------------------------------|---|
| Número de Membros | 3,00 | 8,00 |
| Em relação a opções ainda não exercíveis | | |
| Quantidade (1) | 0 | 2.556.000 |
| Data em que se tornarão exercíveis | N/A | 96.500 em 01/08/11 96.500 em 01/08/12 2.170.000 em 31/12/12 96.500 em 01/08/13 96.500 em 01/08/14 10 anos a partir do direito de incorporação 01/08/11 para as opções relativas ao plano 2009. |
| Prazo máximo para exercício das opções (2) | N/A | |
| Prazo de restrição à transferência de ações | Não Há | |
| Preço Médio ponderado de exercício (3) | N/A | 12,22 |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social (4) | N/A | 7,72 |
| Em relação a opções exercíveis | | |
| Quantidade | 4.040.905 | 3.033.665 |

| | | |
|---|---|--|
| Prazo máximo para exercício das opções | 10 anos a partir do direito de incorporação | 31/12/2020 |
| Prazo de restrição à transferência de ações | Não Há | 01/08/11 para as opções relativas ao plano 2009. |
| Preço Médio ponderado de exercício | 13,30 | 11,77 |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social (4) | 9,00 | 9,33 |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | 36.368.145 | 28.304.094 |

Nota 1: Inclui Restricted Shares Options, cujo exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na cia em 31/12/2012, (ii) resultado da companhia e resultado individual

Nota 2: Exceção é o plano de restricted share options, cujo prazo para exercício é 6 meses após o direito de incorporação

Nota 3: Média Ponderada

Nota 4: Não incluído as ações referentes ao Restricted Shares Options, cujo valor de exercício é de R\$0,01

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|--|----------------------------------|------------------|
| Exercícios | 2010 | 2010 |
| Número de Membros | 12,08 | 7,83 |
| Em relação às opções exercidas | | |
| Número de ações | 243.000 | 1.094.200 |
| Preço médio ponderado de exercício | 8,73 | 7,88 |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas | 1.948.653 | 9.264.427 |
| Em relação às opções entregues | | |
| Número de ações | Não Há | Não Há |
| Preço médio ponderado de exercício | Não Há | Não Há |
| Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | Não Há | Não Há |

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|--|----------------------------------|------------------|
| Exercícios | 2009 | 2009 |
| Número de Membros | 0 | 3 |
| Em relação às opções exercidas | | |
| Número de ações | 0 | 1.474.398 |
| Preço médio ponderado de exercício | Não Há | 6,40 |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações | Não Há | 9.673.765 |
| Em relação às opções entregues | | |
| Número de ações | Não Há | Não Há |
| Preço médio ponderado de exercício | Não Há | Não Há |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações | Não Há | Não Há |

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, a Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos. Considerando a inexistência de transações equivalentes no mercado, a Companhia utilizou o método Black & Scholes para estimar o valor justo das opções em cada outorga. O modelo de Black-Scholes é um modelo matemático do mercado de um ativo, no qual o preço do ativo é um processo estocástico. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; (iv) a ação não paga dividendos (veja abaixo para extensões que aceitem pagamento de dividendos); e (v) não há restrições para a venda a descoberto. O modelo trata apenas opções européias (call). A partir dessas condições ideais no mercado para um ativo (e para a opção sobre o ativo), demonstra-se que o valor de uma opção varia apenas com o preço da ação e com o tempo até o vencimento.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

| <i>Premissas</i> | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Taxa Livre de Risco Real | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% |
| Duração média programa (anos) | 10 | 10 | 10 | 10 | 5,5 | 3,0 |
| Volatilidade anualizada esperada | 36,0% | 36,0% | 36,0% | 38,0% | 36,4% | 36,4% |
| Preço médio ponderado das ações (R\$) | 7,00 | 11,50 | 21,00 | 20,00 | 11,00 | 0,0 |
| Dividendos esperados | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Valor Justo da opção na data da outorga | 4,44 | 7,56 | 16,14 | 11,59 | 5,51 | 16,5 |

Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia não assume exercício antecipado das opções.

Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade mostra a intensidade e a frequência das oscilações no preço de um ativo financeiro, o qual pode ser uma opção, ação, título público, índice de bolsas ou cota de fundo de investimento considerado um determinado período de tempo, sendo essa variável (a volatilidade) um dos parâmetros mais utilizados como medida de risco.

Também pode ser utilizado para se determinar qual o tamanho de uma amostra de tal forma que ela forneça bons estimadores. O cálculo da volatilidade usa umas janelas móveis de tempo. Entretanto deve utilizar um peso que reduza o efeito das observações estatísticas do passado mais longínquo.



A volatilidade pode ser descrita como uma função dela própria defasada no tempo. Ou seja, é a quantidade e intensidade de flutuações e oscilações que ocorrem com uma série de retornos. Estas flutuações relacionam-se com a média dos retornos.

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utilizou o desvio padrão anualizado das taxas de retorno das variações históricas do preço das ações da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

Outras características incorporadas na mensuração de valor justo da opção

Não há nenhuma outra característica da opção que tenha sido incorporada na mensuração de seu valor justo.

13.10 Informações sobre os planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria. Apenas um controlada da Companhia, ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. possui um plano de previdência privada, o qual não engloba nenhum administrador da Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------|
| | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 |
| Nº de membros | 8,67 | 12,00 | 4,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Observação

| Diretoria Estatutária | |
|---------------------------|--|
| 31/12/2010 | A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada. |
| Conselho de Administração | |
| 31/12/2010 | A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada. |
| Conselho Fiscal | |
| 31/12/2010 | AA Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada. |

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

| 2009 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| | 0% | 58,33% | 0% |

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

| 2010 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| | 0% | 58,33% | 0% |

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgãos, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Toda remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal são remunerados diretamente pela Companhia, não existindo qualquer parcela suportada por controladas da Emissora, controladores indiretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

Não há remuneração recebida por administradores e membros do Conselho Fiscal da Emissora que tenha sido reconhecida no resultado das controladas da Emissora, controladores indiretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

13.16 Outras informações relevantes

Remuneração Global

A Companhia esclarece que a remuneração global para os membros da administração e Conselho Fiscal, aprovada em AGOE de 30/04/2010, foi de R\$ 25 milhões para membros do Conselho de Administração e Diretoria, e R\$ 684 mil para o Conselho Fiscal.

Considerando que a Companhia ultrapassou as metas estipuladas para o exercício social de 2010, gerando um resultado fim superior ao esperado, houve o pagamento de uma remuneração variável a maior em, aproximadamente, R\$ 900 mil, que será objeto de ratificação em AGOE a ser realizada em 05/05/2011.

Vale destacar, que o valor correspondente as ações não compõe a remuneração global aprovada em AGOE de 30/04/2010 para os membros da administração, tendo em vista



que constitui um a faculdade dos referidos membros o exercício da opção para a aquisição de ações de emissão da Companhia, conforme respectivos programas de quais sejam beneficiários.

Companhia esclarece que a remuneração paga à administração e Conselho Fiscal nos exercícios sociais de 2009 e 2010 não são correspondentes aos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2009 e 2010, uma vez que o critério de abertura é diferente. Para o quadro 13.2 deste Formulário de Referência, a remuneração apresentada da administração e do Conselho Fiscal adotou o critério contábil denominado “competência”, sendo que as referidas Demonstrações Financeiras utilizaram o critério contábil denominado “caixa”.

Diferenças quadro 13.4 e 13.6

Em relação ao quadro citado no item 13.6 este, reflete somente às ações outorgadas ao Conselho de Administração e Diretoria nos anos de 2008, 2009 e 2010, sendo que, o quadro 13.4 reflete o total de ações ainda não exercidas por todos os beneficiários da Companhia, desde 1999 até 31/12/2010.



ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60
NIRE n.º 413 00 019886
Companhia Aberta
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; (iv) parecer do conselho fiscal; e (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.all-logistica.com/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia apresenta uma situação financeira sólida e suficiente para implantar seu plano de negócios, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia teve um faturamento líquido de R\$2.753,5 bilhões, apresentando um EBITDA de R\$1.338,4 bilhões, as disponibilidades e valores equivalentes da Companhia eram de R\$1.974,6 milhões e a Dívida Financeira Bruta era de R\$4.765,9 milhões, resultando em uma Dívida Financeira Líquida consolidada de R\$2.791,3 milhões. A parcela de curto prazo da dívida financeira bancária era de R\$646,7 milhões, resultando numa relação de 2,7 vezes entre o caixa e a parcela da dívida no passivo circulante em 2010.

“Dívida Financeira Bruta” ou “Dívida Onerosa” significa a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas.

“Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Financeira Bruta deduzido o total de disponibilidades e valores equivalentes.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$3.828,0 milhões, para uma dívida líquida (soma das obrigações financeiras deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras) de R\$2.791,3 milhões. As disponibilidades e valores equivalentes de R\$1.974,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 eram suficiente para cobrir todo o passivo circulante, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$321,9 milhões. Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente (i) pela relação da dívida líquida sobre o EBTIDA que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 equivaleu a 2,09, e (ii) pela relação passivo sobre o patrimônio líquido que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 equivaleu a 2,27, apresentam níveis conservadores de alavancagem, tendo em vista que não compromete a capacidade de pagamento da Companhia. Para mais informações sobre os índices de endividamento da Companhia, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

Hipóteses de resgate

Os Diretores da Companhia afirmam que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate das ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia afirmam que todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros da Companhia, até a data deste Formulário de Referência, estão sendo cumpridas bem como a assiduidade dos pagamentos desses compromissos tem sido mantida.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos 3 anos, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou (i) um EBITDA, medição esta equivalente à geração de caixa da Companhia, no montante de R\$1.388,4 milhões; (ii) e disponibilidades e valores equivalente, no valor de R\$1.1974,6 milhões, que garantem sua posição de liquidez, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições da Companhia, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem capacidade para contratá-los. Para informações adicionais sobre empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia utiliza capital de terceiros com linhas de crédito incentivada para capital de giro, dentre as quais destacam emissão debêntures e empréstimos bancários, principalmente Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”). Para financiamento de ativos não-circulantes da Companhia, os Diretores afirmam que são utilizadas linhas de crédito contraídas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e emissão de debêntures. Para informações adicionais a respeito da estrutura de endividamento da Companhia, veja o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia afirmam que as deficiências de liquidez, caso ocorram, poderão ser cobertas por meio da linha de crédito que a Companhia possui aprovada junto ao BNDES para sustentar seu investimento em ativos não circulantes até o ano de 2013. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia possui uma linha de crédito específica contratada junto ao BNDES para financiar a construção do trecho ferroviário que liga as cidades de Alto Araguaia e Rondonópolis, ambas no Estado de Mato Grosso, obra que deve ser concluída em 2012.

Para informações a respeito dos limites contratados e/ou disponíveis, veja o item 10.1 “(g)” deste Formulário de Referência.

Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

O saldo de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2010 está indicado na tabela abaixo:

| Endividamento R\$ milhões) | (em | 2010 | 2009 |
|--------------------------------------|-----|----------------|----------------|
| Empréstimos | e | 3.039,1 | 2.874,8 |
| financiamentos | | | |
| Debêntures | | 1.726,8 | 1.725,1 |
| Total | | 4.765,9 | 4.599,9 |

A tabela abaixo indica a distribuição dos saldos dos contratos de empréstimo e financiamento da companhia ao longo dos próximos anos até o ano de 2016:

| Endividamento (em R\$ milhões) | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Após 2016 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 385,5 | 333,3 | 751,1 | 589,5 | 386,5 | 169,1 | 424,1 |
| Debêntures | 261,2 | 311,7 | 216,8 | | 12,8 | 166,7 | 126,0 |
| Total | 646,7 | 645,0 | 967,9 | 216,8 | 399,3 | 335,8 | 550,1 |
| | | | | 806,3 | | | |

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidos por fianças bancárias e aval.

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures são:

| Empréstimos e Financiamentos | Taxa de Juros e Encargos | Vencimento |
|-------------------------------------|---------------------------------|---|
| Bancos Comerciais Empréstimos | 107% do CDI TJLP+1,8% | Julho de 2015 Trimestrais/Mensais Até junho de 2017 |
| Debêntures | Taxa de Juros e Encargos | Vencimento |
| 5ª emissão | CDI + 2,40% | 1 de setembro de 2012 |
| 6ª emissão | CDI + 2,40% | 1 de julho de 2011 |
| 7ª emissão | IPCA + 3% | 2 de outubro de 2012 |

A tabela abaixo indica os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em relação ao endividamento em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

| | Encargos anuais | Taxa efetiva | Vencimento | 31/12/10 | 31/12/09 |
|--|------------------------|---------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Controladora | | | | | |
| Em moeda nacional | | | | | |
| Bancos Comerciais | 107% do CDI | 11,44% | Julho de 2015 Trimestrais/Mensais | 209.416 | 207.368 |
| Investimentos BNDES | TJLP+1,8% | 7,80% | Até junho de 2017 | 62.872 | 62.820 |
| Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com swap para CDI) | | | | | |
| Operações de "swap" | | | | (6.782) | (1.575) |

| | <u>Encargos anuais</u> | <u>Taxa efetiva</u> | <u>Vencimento</u> | <u>31/12/10</u> | <u>31/12/09</u> |
|--|----------------------------|-------------------------|--|------------------|------------------|
| Total controladora | | | | 265.506 | 268.613 |
| Controladas Em moeda nacional | | | | | |
| ALL Malha Sul | | | | 1.477.480 | 1.308.169 |
| CCB | 108% do CDI | | Julho de 2010 | | 114.372 |
| | CDI + 1,25% | 12,02% | Setembro de 2015 | 329.173 | 326.971 |
| | CDI + 1,23% | 12,00% | Outubro de 2014 | 106.488 | 95.670 |
| <u>Investimentos</u> | | | | | |
| BNDES | TJLP + 6,63% | 13,37% | Trimestrais/m ensais Até abril de 2012 | | |
| | TJLP + 5,25% | 11,25% | Trimestrais/M ensais Até abril de 2010 | | 6.980 |
| | TJLP + 2,5% | 8,50% | Trimestrais/M ensais Até junho de 2017 | 272.127 | 271.901 |
| | TJLP + 1,4% | 7,40% | Trimestrais/M ensais Até junho de 2022 | 257.077 | 80.254 |
| | TJLP + 1,5% | 7,50% | Trimestrais/M ensais Até junho de 2022 | 8.051 | 8.051 |
| | TJLP + 1,8% | 7,80% | Trimestrais/M ensais Até junho de 2017 | 138.007 | 138.007 |
| NCC | 105,9% do CDI | 11,27% | Julho de 2015 | 56.260 | 61.345 |
| | 107,0 % do CDI | 11,38% | Março de 2013 | 204.683 | 203.206 |
| FINAME | 102,0% do CDI | 10,85% | Julho de 2013 | 73.920 | |
| | 101,0% do CDI | 10,76% | Julho de 2013 | 30.481 | |
| | TJLP + 3,75% | 9,75% | Janeiro de 2017 | 1.213 | 1.412 |

| | Encargos anuais | Taxa efetiva | Vencimento | 31/12/10 | 31/12/09 |
|---------------------------|----------------------------|-------------------------|---|-----------------|-----------------|
| ALL Intermodal | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| BNDES | | | | | |
| FINAME | | | | 15.145 | 23.512 |
| | | | Trimestrais/A nuais Até dezembro de | | |
| | TJLP + | | 2013 | 15.145 | 23.512 |
| | 3,6% | 9,60% | | | |
| ALL Malha Paulista | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| BNDES | | | | 304.377 | 259.454 |
| | | | Trimestrais/M ensais Até | | |
| | TJLP + | | junho de 2020 | 172.129 | 126.942 |
| | 1,4% a.a. | 7,40% | | | |
| | | | Trimestrais/m ensais | | |
| | TJLP + | | Até Outubro de 2022 | 4.961 | 4.951 |
| | 1,5% | 7,50% | | | |
| | | | Trimestrais/m ensais | | |
| | TJLP + | | Até Outubro de 2017 | 107.024 | 108.698 |
| | 2,5% | 8,50% | | | |
| CG | | | Janeiro de 2023 | 20.263 | 18.863 |
| | IGP-M | IGP-M | | | |
| ALL Malha Norte | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| BNDES | | | | 831.964 | 880.202 |
| | | | Trimestrais/A nuais Até | | |
| | TJLP + | | setembro 2016 | 460.775 | 569.261 |
| | 1,5% a.a. | 7,50% | | | |
| | | | Trimestrais/A nuais Até | | |
| | TJLP + 3% | 9,00% | janeiro de 2016 | 160.037 | 191.519 |
| | | | | | |
| | | | Trimestrais/m ensais | | |
| | TJLP + | | Janeiro de 2029 | 162.474 | 80.281 |
| | 2,71% | 8,71% | | | |
| Leasing | | | Trimestrais/m ensais | | |
| | TJLP | | Janeiro de 2020 | 46.672 | 29.630 |
| | +1,4% | 7,40% | | | |

| | <u>Encargos anuais</u> | | <u>Taxa efetiva</u> | <u>Vencimento</u> | <u>31/12/10</u> | <u>31/12/09</u> |
|--|----------------------------|--|-------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| | CDI + | | 12,30% | Março de 2011 | 2.006 | 9.511 |
| | 1,5% | | | | | |
| Continuação | | | | | | |
| ALL Malha Oeste | <u>Encargos anuais</u> | | <u>Taxa efetiva</u> | <u>Vencimento</u> | <u>31/12/10</u> | <u>31/12/09</u> |
| Investimentos BNDES | | | | | 52.388 | 36.656 |
| | | | | Trimestrais/m ensais | | |
| | TJLP + | | 7,40% | Até Junho de 2020 | 52.388 | 36.656 |
| | 1,4% | | | | | |
| Terminal XXXIX | | | | | | |
| Investimentos - BNDES | | | | | 1.272 | 2.544 |
| | | | | Trimestrais/A nuais Até | | |
| | TJLP + | | 10,50% | dezembro 2011 | 1.272 | 2.544 |
| | 4,5% | | | | | |
| Santa Fé Vagões | | | | | | |
| Bancos Comerciais | | | | | | 1.141 |
| | | | | | | 1.141 |
| | | | | | 2.682.626 | 2.511.678 |
| Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI) | | | | | | |
| ALL Malha Sul | | | | | | |
| Operações de <i>swap</i> | | | | | 605 | 2.735 |
| ALL Malha Norte | | | | | | |
| Operações de <i>swap</i> | | | | | 7.537 | 9.033 |
| ALL Intermodal | | | | | | |
| Operações de <i>swap</i> | | | | | | 57 |

| | Encargos anuais | Taxa efetiva | Vencimento | 31/12/10 | 31/12/09 |
|---|----------------------------|-------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| ALL Malha Paulista Operações de <i>swap</i> | | | | 386 | |
| Boswells Operações de <i>swap</i> | | | | | |
| | | | | 8.528 | 11.825 |
| Em moeda nacional ALL Malha Sul Operações de <i>swap</i> | | | | 6.638 | 1.902 |
| | | | | 6.638 | 1.902 |
| Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$) | | | | | |
| ALL Argentina | | | | 75.752 | 80.783 |
| Bancos Comerciais | 17,00% | 17,00% | Janeiro de 2011 | 1.394 | 12.888 |
| Hipotecário - Dívida 4 | 6,30% | 6,30% | Outubro de 2011 | 5.017 | 16.813 |
| Itaú Argentina - Dívida 6 | 18,75% | 18,75% | Janeiro de 2011 | 29.632 | 41.238 |
| Patagonia - Dívida 5 | 14,80% | 14,80% | Julho de 2011 | 6.372 | |
| Santander - Dívida 1 | 15,20% | 15,20% | Novembro de 2011 | 12.708 | |
| Citibank - Dívida 3 | 16,25% | 16,25% | Julho de 2011 | 15.518 | |
| Capital de giro | 16,50% | 16,50% | Janeiro de 2011 | 5.111 | 9.844 |
| Total das controladas | | | | 2.773.54 | 2.606.18 |

| | <u>Encargos anuais</u> | <u>Taxa efetiva</u> | <u>Vencimento</u> | <u>31/12/10</u> | <u>31/12/09</u> |
|--------------------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | | | 4 | 8 |
| Total consolidado | | | | 3.039.05 0 | 2.874.80 1 |
| Parcela no circulante | | | | (385.52 3) | (418.93 4) |
| Parcela no exigível a longo prazo | | | | 2.653.52 7 | 2.455.86 7 |

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia afirmam que, além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui as cartas de fiança bancária celebradas para garantia de cumprimento de obrigações pecuniárias decorrentes de eventuais condenações em processos judiciais:

| Instituição Financeira | Data de Celebração | Vencimento | Valor |
|-------------------------------|---------------------------|-------------------|------------------|
| Banco Safra S.A. | 05.10.2007 | 05.10.2012 | R\$36.720.000,00 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 12.06.2009 | 28.06.2011 | R\$294.618,83 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 08.07.2008 | 08.07.2011 | R\$600.000,00 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 29.05.2008 | 15.05.2011 | R\$6.086.214,00 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 05.10.2007 | 05.10.2012 | R\$36.720.000,00 |

Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há grau de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia, dispondo todas da mesma prioridade para pagamento.

Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm as seguintes restrições:

| Contratos de empréstimo e financiamento | Credor | Valor | Vigência | Alteração de Contrato | Reorganização Societária | Alienação de Ativos | Distribuição de Dividendos |
|---|---------------|-------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, de Emissão da ALL – América | - | R\$700.000.000,00 | 21.0.2006 a 11.07.2014 | X | X | X | X |

| Contratos de empréstimo e financiamento | Credor | Valor | Vigência | Alteração de Contrato | Reorganização Societária | Alienação de Ativos | Distribuição de Dividendos |
|--|----------------------------|-------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Latina Logística S.A. | | | | | | | |
| Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A. | - | R\$200.000.000,00 | 16.09.2005 a 01.09.2014 | X | X | X | X |
| Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07202143 | BNDES | R\$222.860.848,00 | 17.05.2007 a 15.07.2017 | | X | X | |
| Swap de Investim | Banco Standard de Investim | R\$200.000.000,00 | 15.05.2009 a 03.09.2012 | X | X | X | |

| Contratos de empréstimo e financiamento | Credor | Valor | Vigência | Alteração de Contrato | Reorganização Societária | Alienação de Ativos | Distribuição de Dividendos |
|---|-------------------------------|-------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| | entos S/A | | | | | | |
| Termo de Securitização de Créditos Imobiliários | - | R\$147.785.000,15 | 20.02.2008 a 01.03.2018 | X | X | | |
| Cédula de Crédito Bancário | Banco Bradesco S.A. | R\$200.000.000,00 | 24.07.07 a 16.07.2015 | X | X | X | X |
| Contrato de Prestação de Garantia Externa | Banco Santander (Brasil) S.A. | US\$8.000.000,00 | 16.11.2010 a 16.11.2011 | X | X | X | |

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros à Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Dívida Líquida Consolidada/EBTIDA Consolidado | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 2,5 | 2,5 |

A *covenant* EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro

Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior ALL – América Latina Logística Argentina S.A.. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| EBTIDA/Resultado | Financeiro | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Consolidado | | | | | | |

Em todas as hipóteses acima mencionadas neste subitem (iv), será necessária a anuência das instituições financeiras credoras de tais empréstimos e financiamentos para a ocorrência de quaisquer um desses eventos, sob pena de declaração antecipada dos respectivos saldos devedores.

Nenhum dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contém cláusulas de restrição à emissão de novos valores mobiliários.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia tem duas linhas de financiamento contratadas com o BNDES: A primeira será utilizada para financiar os investimentos das concessionárias ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL Malha Paulista, ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. entre os anos de 2009 e 2012 e a segunda é específica para a construção do trecho ferroviário entre Alto Araguaia e Rondonópolis no Estado de Mato Grosso.

| | Exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2010 | | |
|----------------------|--|-----------------------|-------------------------|
| | Contratado | Tomado | Disponível |
| Projeto 2009-2012 | R\$2.213 milhões | R\$528 milhões | R\$1.685 milhões |
| Projeto Rondonópolis | R\$629 milhões | R\$162 milhões | R\$467 milhões |
| Total | R\$2.842 milhões | R\$690 milhões | R\$2.152 milhões |

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não serão objeto de análise desse item 10.1 (h) do Formulário de Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelos Pronunciamentos 15 a 43 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas pra tal.

Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | Variação ⁽²⁾ 2009/2010 |
|---|---|----------------------|----------------|----------------------|--------------------------------------|
| | 2009 | A.V.% ⁽¹⁾ | 2010 | A.V.% ⁽¹⁾ | |
| Receita Líquida de Serviços | 2.471,7 | 100,0% | 2.753,5 | 100,0% | 11,4% |
| Custos de serviços prestados | (1.592,6) | (64,4%) | (1.537,1) | (55,8%) | (3,5%) |
| Lucro Bruto | 879,1 | 35,6% | 1.216,4 | 44,2% | 38,4% |
| Receitas operacionais | (108,1) | (4,4%) | (163,4) | (5,9%) | 51,2% |
| Com vendas, gerais e administrativas | (123,3) | (5,0%) | (180,0) | (6,5%) | 46,0% |
| Outros | 15,2 | 0,6% | 16,6 | 0,6% | 9,2% |
| Resultado de participação acionária | (139,4) | (5,6%) | (31,1) | (1,1%) | (77,7%) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras líquidas | 631,6 | 25,6% | 1.021,9 | 37,1% | 61,8% |
| Despesas financeiras líquidas | (846,2) | (34,2%) | (813,3) | (29,5%) | (3,9%) |
| Lucro (prejuízo) Operacional | (214,6) | (8,7%) | 208,6 | 7,6% | (197,2%) |
| Imposto de Renda | 254,8 | 10,3% | 37,2 | 1,4% | (85,4%) |
| Participações de não controladores | (5,4) | (0,2%) | (6,0) | (0,2%) | 11,1% |
| Lucro líquido | 34,7 | 1,4% | 239,8 | 8,7% | 591,1% |

⁽¹⁾ Análise vertical que é a participação percentual dos itens sobre a receita líquida no mesmo período.

⁽²⁾ Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Receita Líquida de Serviços

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 11,4%, passando de R\$2.471,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.753,5 milhões no mesmo período em 2010. Esses valores foram impactados devido ao aumento de 10% no volume de transporte de Tonelagem por Distância Percorrida (“TKU”), somado ao aumento do volume de transporte de *commodities* agrícolas que, por sua vez, decorreu do aumento de 36% no volume das exportações de 2009 para 2010. Os principais itens transportados que apresentaram aumento foram milho e

açúcar.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia reduziu 3,5%, passando de R\$1.592,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.537,1 milhões no mesmo período em 2010. Essa redução de R\$55,5 milhões foi impactado principalmente pelo do ajuste de depreciação, baseado na reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado da Companhia, determinada pelo Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Técnicos (“CPC”) CPC 27 -Ativo Imobilizado. O ajuste da depreciação gerou redução na despesa de R\$79,6 milhões, melhorando substancialmente a margem da Companhia.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais consolidadas da Companhia aumentaram 51,2%, passando de R\$108,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$163,4 milhões no mesmo período em 2010, principalmente em função da constituição da provisão para pagamento da remuneração variável.

Despesas Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia reduziram 3,9%, passando de R\$846,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$813,3 milhões no mesmo período em 2010, refletindo, principalmente, a amortização de linhas de financiamento com taxas maiores com recursos decorrentes da conversão das debêntures da 7ª emissão em ações de emissão da Companhia, no montante total de R\$1.292,5 milhões ao final de 2009.

Imposto de Renda

O imposto de renda consolidado passou de um ganho de R\$254,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para um ganho de R\$37,2 milhões no mesmo período em 2010. A redução de 85,4% resultou principalmente: (i) da baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, no valor de R\$55,0 milhões, por não haver perspectiva de realização deste ativo; e (ii) constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos na ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., no valor de R\$109,7 milhões e na ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A., no valor de R\$32,0 milhões, embasados em estudos e projeções que demonstram que estes valores são passíveis de realização, e (iii) do imposto de renda corrente do exercício em função do resultado operacional.

Lucro Líquido

Como consequência dos resultados discutidos acima, o lucro líquido consolidado da Companhia apresentou um aumento de 589,1%, passando de R\$34,8 milhões no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$239,8 milhões no mesmo período em 2010.

Análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Esta seção trata da análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2010, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

| | 31.12.2009 | A.V.%(²) | 31.12.2010 | Variação(²) | |
|--|----------------|-----------------------|----------------|--------------------------|---------------------------|
| | | | | A.V.%(²) | 31.12.2009/ 31.12.2010 |
| ATIVO | | | | | |
| Disponibilidades e valores equivalentes | 2.573,7 | 21,1% | 1.974,6 | 15,8% | (23,3%) |
| Clientes e operações a receber | 186,4 | 1,5% | 231,4 | 1,8% | 24,1% |
| Estoques | 80,2 | 0,7% | 105,1 | 0,8% | 31,0% |
| Créditos com congêneres | 0,4 | 0,0% | 1,3 | 0,0% | 228,6% |
| Arrendamentos | 6,5 | 0,1% | 6,2 | 0,0% | (4,3%) |
| Impostos e contribuições a recuperar | 277,9 | 2,3% | 277,0 | 2,2% | (0,3%) |
| Adiantamentos e outras contas a receber | 77,9 | 0,6% | 95,2 | 0,8% | 22,1% |
| Despesas antecipadas | 19,2 | 0,2% | 12,7 | 0,1% | (34,0%) |
| Total do ativo circulante | 3.222,3 | 26,5% | 2.703,4 | 21,6% | (16,1%) |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | | | |
| Créditos a receber de empresas relacionadas | 0,8 | 0,0% | - | 0,0% | (100,0%) |
| Arrendamentos | 100,9 | 0,8% | 94,7 | 0,8% | (6,1%) |
| Impostos e contribuições a recuperar | 315,9 | 2,6% | 313,6 | 2,5% | (0,7%) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 389,4 | 3,2% | 457,4 | 3,7% | 17,5% |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | 294,4 | 2,4% | 348,0 | 2,8% | 18,2% |
| Investimentos temporários | 0,5 | 0,0% | - | 0,0% | (100,0%) |
| Outros valores realizáveis | 13,8 | 0,1% | 40,3 | 0,3% | 192,2% |

| | Variação ⁽²⁾ | | | | |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------|----------------------|---------------------------|
| | 31.12.2009 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2010 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2009/ 31.12.2010 |
| Despesas antecipadas | 8,9 | 0,1% | 7,9 | 0,1% | (10,7%) |
| Total do ativo realizável a longo prazo | 1.124,6 | 9,2% | 1.261,9 | 10,1% | 12,2% |
| PERMANENTE | | | | | |
| Investimentos | 5,3 | 0,0% | 7,5 | 0,1% | 42,1% |
| Intangível | 2.574,5 | 21,1% | 2.535,1 | 20,2% | (1,5%) |
| Imobilizado | 5.251,2 | 43,1% | 6.012,0 | 48,0% | 14,5% |
| Total do ativo permanente | 7.830,9 | 64,3% | 8.554,5 | 68,3% | 9,2% |
| Total do ativo não circulante | 8.955,5 | 73,5% | 9.816,4 | 78,4% | 9,6% |
| TOTAL DO ATIVO | 12.177,8 | 100,0% | 12.519,8 | 100,0% | 2,8% |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | 552,3 | 4,5% | 345,4 | 2,8% | (37,5%) |
| Empréstimos e financiamentos | 418,9 | 3,4% | 385,5 | 3,1% | (8,0%) |
| Debêntures | 71,2 | 0,6% | 261,2 | 2,1% | 266,9% |
| Obrigações fiscais | 96,0 | 0,8% | 43,3 | 0,3% | (54,9%) |
| Débitos congêneres | 2,9 | 0,0% | 3,3 | 0,0% | 14,9% |
| Arrendamentos e concessões | 26,6 | 0,2% | 35,3 | 0,3% | 32,9% |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 35,0 | 0,3% | 78,7 | 0,6% | 124,7% |
| Adiantamento de clientes | 67,6 | 0,6% | 69,5 | 0,6% | 2,8% |
| Arrendamento mercantil | 143,3 | 1,2% | 239,4 | 1,9% | 67,1% |
| Parcelamentos fiscais e previdenciários | 64,2 | 0,5% | 17,7 | 0,1% | (72,5%) |
| Outras contas a pagar | 4,1 | 0,0% | 12,0 | 0,1% | 194,0% |
| Receitas diferidas | 2,1 | 0,0% | 2,6 | 0,0% | 26,4% |
| Antecipação de créditos imobiliários | 173,2 | 1,4% | 151,6 | 1,2% | (12,5%) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 8,0 | 0,1% | 58,3 | 0,4% | 628,8% |

| | Variação ⁽²⁾ | | | | |
|---|-------------------------|----------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| | 31.12.2009 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2010 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2009/ 31.12.2010 |
| Total do circulante | 1.665,4 | 13,7% | 1.703,7 | 13,5% | 1,6% |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 2.455,9 | 20,2% | 2.653,5 | 21,2% | 8,0% |
| Debêntures | 1.653,9 | 13,6% | 1.465,6 | 11,7% | (11,4%) |
| Contas a pagar com empresas relacionadas | 0,6 | 0,0% | - | 0,0% | (100,0%) |
| Provisão para contingências | 208,6 | 1,7% | 203,3 | 1,6% | (2,5%) |
| Arrendamentos e concessões | 1.000,6 | 8,2% | 1.114,8 | 8,9% | 11,4% |
| Adiantamento de clientes | 1,1 | 0,0% | - | 0,0% | (100,0%) |
| Arrendamento mercantil | 931,3 | 7,6% | 856,7 | 6,8% | (8,0%) |
| Parcelamentos fiscais e previdenciários | 124,9 | 1,0% | 188,6 | 1,5% | 50,9% |
| Antecipação de créditos imobiliários | 499,3 | 4,1% | 466,4 | 3,7% | (6,6%) |
| Outras exigibilidades | 11,3 | 0,1% | 8,9 | 0,1% | (21,3%) |
| Provisão pra passivo a descoberto em controlada | 4,7 | 0,0% | - | 0,0% | (100,0%) |
| Receitas diferidas | 24,4 | 0,2% | 30,3 | 0,2% | 23,9% |
| Total do não circulante | 6.916,6 | 56,8% | 6.988,2 | 55,8% | 1,0% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social | 3.433,9 | 28,2% | 3.433,9 | 27,4% | 0,0% |
| Reserva de capital | (9,5) | (0,1%) | 36,9 | 0,3% | (489,3%) |
| Reserva de lucros | 168,3 | 1,4% | 341,6 | 2,8% | 103,0% |
| Ajustes patrimoniais | (12,6) | (0,1%) | (13,8) | (0,1%) | 8,9% |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | - | 0,0% | 10,0 | 0,1% | 0,0% |
| | 3.580,1 | 29,4% | 3.808,6 | 30,4% | 6,4% |
| Acionistas não controladores | 15,7 | 0,1% | 19,3 | 0,2% | 23,1% |
| Total do patrimônio líquido | 3.580,1 | 29,4% | 3.080,6 | 24,6% | (14,0%) |

| | DO | Variação ⁽²⁾ | | | | |
|----------------------|----|-------------------------|----------------------|-----------------|----------------------|---------------------------|
| | | 31.12.2009 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2010 | A.V.% ⁽²⁾ | 31.12.2009/ 31.12.2010 |
| TOTAL PASSIVO | | 12.177,8 | 100,0% | 12.519,8 | 100,0% | 2,8% |

- (1) Análise vertical que é a participação percentual dos itens sobre o total do ativo/passivo no mesmo período.
- (2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2009 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2010

ATIVO

Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores de disponibilidades e valores equivalentes totalizaram R\$1.974,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 23,3% em comparação com R\$2.573,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Os valores foram impactados pelos investimentos realizados pela Companhia no projeto Rondonópolis, em malha ferroviária e em material rodante, que resultaram em aquisições de ativo imobilizado no montante de R\$939,8 milhões. O restante da variação corresponde aos eventos normais de pagamentos e recebimentos relacionados aos negócios da Companhia.

Clientes e operações a receber

O saldo de clientes e operações a receber da Companhia aumentou 24,1%, passando de R\$186,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$231,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. O impacto nesses valores decorreu, principalmente, do aumento no volume de transporte de TKU no 4º trimestre de 2010 que passou de 8.758 milhões de TKU em 2009 para 11.175 milhões de TKU em 2010, motivado pelo forte aumento das exportações agrícolas e do transporte de cargas industriais. Este fato causou um aumento no prazo médio de recebimentos que passou de 23 dias em 2009 para 26 dias em 2010.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$105,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 31% em comparação com R\$80,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição de trilhos e dormentes para aplicação no trecho ferroviário dos municípios de Alto Taquari a Rondonópolis, ambos no Estado do Mato Grosso do Sul, da controlada ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A., intensificada durante o exercício social de 2010.

Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$590,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, reduzindo 0,5% quando comparados aos R\$593,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução decorreu do consumo de créditos na compensação com impostos a recolher durante o exercício social de 2010.

Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados da Companhia totalizaram R\$348,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 18,2% quando comparados aos R\$294,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 que correspondem a valores depositados em juízo em decorrência de ações trabalhistas nas quais a Companhia e/ou suas controladas figurem como réis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$457,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 17,5% quando comparados aos R\$389,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu de constituição de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A., no montante de R\$ 32,0 milhões, e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., no montante de R\$ 109,8 milhões, com base na expectativa de realização futura de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e diferenças temporárias. Em contrapartida houve reversão de saldos desses mesmos impostos na Companhia e na sua controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A.

Adiantamentos e outras contas a receber

O saldo de adiantamentos e outras contas a receber totalizaram R\$95,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 22,1%, quando comparados aos R\$77,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento desse saldo decorreu de adiantamentos concedidos a empresas de construção civil envolvidas no projeto Rondonópolis.

Outros valores realizáveis

Os outros valores realizáveis totalizaram R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 192,2%, quando comparados aos R\$13,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento está relacionado à constituição de contas a receber da União sobre créditos originados de contingências trabalhistas da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. que foram liquidados pela Companhia e suas controladas.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia totalizou R\$6.012,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 14,5% quando comparados aos R\$5.251,2 milhões em 31 de dezembro de

2009. O impacto nesses valores decorreu da ampliação da malha ferroviária relacionada ao projeto Rondonópolis, além do plano de investimentos anual da Companhia relacionado à aquisição de material rodante e melhoria da malha ferroviária.

Intangível

O intangível da Companhia reduziu 1,5%, passando de R\$2.574,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.535,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução corresponde à amortização do ágio decorrente de aquisição de sociedades controladas da Companhia, cuja vida útil está limitada ao prazo da concessão.

PASSIVO

Fornecedores

Os fornecedores da Companhia totalizaram R\$345,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma redução de 37,5%, quando comparados aos R\$552,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu dos (i) adiantamentos efetuados pela Companhia aos fornecedores envolvidos no projeto Rondonópolis, ao invés de geração de contas a pagar; e (ii) da redução dos prazos médios de pagamento da Companhia.

Debêntures

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$1.726,8 milhões, apresentando um aumento de 0,1%, quando comparados aos R\$1.725,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, não representando um impacto significativo.

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais da Companhia reduziram 54,9%, passando de R\$96,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$43,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução decorreu de inclusão de R\$54,5 milhões, correspondentes a débitos fiscais de Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido objeto de ação judicial, em parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal - Refis durante o exercício de 2010.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias da Companhia totalizaram R\$78,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, apresentando um aumento de 124,7%, quando comparados aos R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esses impactos nos valores explicam-se pela influência negativa da crise econômica nos resultados da Companhia que ficaram abaixo dos valores projetados, e pelo aumento da participação nos resultados da Companhia, como consequência do atingimento de metas dos funcionários da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$3.808,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 14,0%, quando comparados aos R\$3.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento está relacionado: (i) ao lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R\$239,8 milhões; (ii) efeito das variações das taxas de câmbio em sociedades controladas da Companhia, ganho de R\$8,3 milhões e que foram parcialmente reduzidas pela destinação de dividendos no montante de R\$45,3 milhões.

Arrendamentos e Concessões

Em 31 de dezembro de 2010, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$1.150,2 milhões, representando um aumento de 11,9%, quando comparados aos R\$1.027,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu da adição das parcelas vencidas em 2010, tendo em vista que Companhia discute o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

Parcelamentos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2010, os parcelamentos fiscais e previdenciários de curto e longo prazo da Companhia totalizaram R\$206,3 milhões, representando um aumento de 9,1%, quando comparados aos R\$189,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu da regular atualização do saldo devedor com base na taxa Selic.

Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$1.096,2 milhões, representando uma redução de 2,0%, quando comparados aos R\$1.074,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução decorreu da celebração de novos contratos, relacionados ao Projeto Rumo.

10.2. Resultado operacional e financeiro

Resultados das operações da Companhia

Descrição de componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia esclarecem que grande parte da receita da Companhia é denominada em reais, com exceção das receitas provenientes das operações na Argentina, que são denominadas em pesos e convertidas em reais na data de fechamento do balanço, e provém da prestação de serviços de logística, incluindo transporte ferroviário nacional e internacional, transporte intermodal porta-a-porta, serviços de distribuição e de armazenamento. Os serviços são prestados no Brasil e na Argentina por três unidades de negócios: *commodities* agrícolas, produtos industriais e serviços rodoviários.

Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os diversos fatores podem afetar materialmente a condição financeira, a liquidez ou os resultados operacionais da Companhia, influenciando seus resultados futuros que poderão diferir de maneira significativa das declarações e projeções por ela divulgadas. Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores que podem impactar os resultados operacionais da Companhia são:

a implantação de estratégias operacionais, incluindo aquisições atuais ou potenciais, *joint-ventures* e outras oportunidades de investimento. Os Diretores da Companhia afirmam que a implantação de estratégias operacionais, aquisições e outras oportunidades é baseada em planos de negócios realizados pela Companhia, que incluem premissas e estimativas, e que são realizados com as informações disponíveis à época. A não ocorrência destas premissas bem como novas informações relevantes, além da dificuldade na execução dos planos, podem impactar os planos da Companhia;

condições econômicas gerais no Brasil e na Argentina, tais como os índices de crescimento econômico, flutuações nas taxas de juros ou inflação. Os Diretores da Companhia afirmam que a companhia possui dívidas financeiras atreladas a taxas de juros flutuantes, como o CDI e que flutuações nessas taxas podem onerar o resultado da Companhia;

condições sociais e políticas gerais no Brasil e na Argentina. Os Diretores da Companhia afirmam que as condições econômicas e sociais de ambos os países podem impactar os negócios da Companhia, uma vez que seu crescimento, bem como o crescimento de sua receita depende em parte do crescimento de PIB destes países e das condições para exportações;

intervenção governamental, resultando em mudanças no ambiente econômico, fiscal, tarifário ou regulatório no Brasil, ou em outros países nos quais a Companhia atua, inclusive na Argentina. Os Diretores da Companhia afirmam que mudanças fiscais e/ou tarifárias, por exemplo, podem impactar diretamente em aumento de custos da Companhia e redução na sua capacidade de geração de caixa;

condições do setor, tais como a intensidade da demanda por serviços, a intensidade da concorrência, pressões sobre a formação de preços, a introdução de novos serviços pela Companhia ou por suas concorrentes, mudanças na tecnologia e na capacidade de obter equipamentos de fornecedores sem interrupções e a preços razoáveis, e as condições financeiras de seus clientes;

fatores operacionais e atividades tecnológicas e o consequente alcance de melhores níveis de eficiência e produtividade. Os Diretores da Companhia afirmam que o plano de negócio da Companhia se embasa em ganhos de produtividade em função de investimentos em tecnologia operacional e que a não realização desses investimentos pode impactar a Companhia;

alteração nos volumes transportados, medidos em TKU (Tonelada- Kilometro Útil) para o segmento ferroviário e KR (Kilometro Remunerado) para o segmento rodoviário. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia;

variação nas tarifas de transporte praticadas pela Companhia. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia; e

acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

a. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A tabela abaixo indica a receita líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008:

| | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|-------------------------------|--|--|-------------|-------------|
| | | 2010 | 2009 | 2008 |
| | | <i>(em R\$ milhões)</i> | | |
| América Latina Logística S.A. | | 2.753,5 | 2.471,7 | 2.509,3 |

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações nas receitas durante os anos de 2008 a 2010 deveram-se, principalmente, ao aumento no volume ferroviário e rodoviário transportado, às variações nas tarifas de transporte praticadas nos respectivos períodos e a questões operacionais que podem influir na receita por meio da diminuição da capacidade produtiva, quais sejam acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

A variação positiva de 11,4% na receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período em 2009, é decorrente, em parte, (i) do aumento da exportação de grãos, principalmente milho e açúcar; (ii) consistente curva de expansão dos fluxos intermodais no segmento de produtos industriais; (iii) melhorias operacionais; e (iv) aumento de 10,8% no volume de transporte que passou de 38.935 milhões de TKUs em 2009 para 43.138 milhões em 2010.

A variação negativa de 1,5% na receita de 2009 em relação a 2008, é decorrente, em parte, (i) da queda no preço médio praticado no período e o repasse da redução no preço do diesel e (ii) a queda de 35,9% na receita líquida de serviços rodoviários.

Não houve alterações nos resultados da Companhia em decorrência da introdução de novos produtos e serviços, bem como da variação da inflação.

b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil, tendo em vista que as operações da Companhia na Argentina são pouco relevantes para fins desse item 10.2 (c).

A inflação poderá afetar o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia, uma vez que uma expressiva parcela de seus custos, principalmente com combustíveis, e despesas incorre em reais e está sujeita aos efeitos da inflação ou é por ela reajustada. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo dos principais suprimentos necessários às atividades da Companhia. Os contratos comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes são indexados pelas variações (i) da taxa do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, e (ii) dos preços do diesel. Dessa forma, a Companhia consegue se proteger de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dessas variações, diminuindo impactos em seus resultados financeiros. Adicionalmente, a Companhia possui diversos contratos financeiros indexados pelo IGPM, inclusive passivos de arrendamento. Variações significativas das taxas de inflação poderão aumentar o passivo da Companhia, bem como suas despesas financeiras.

A Companhia está sujeita à possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, tendo em vista que parte dos produtos utilizados pela Companhia em suas atividades são adquiridos no mercado externo em moeda estrangeira. Eventuais flutuações cambiais podem aumentar os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como reduzir saldos de aplicações ou outros ativos.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de flutuação da taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. Os Diretores da Companhia consideraram como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2011, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de apreciação da moeda estrangeira

| Operação | Risco | Valor Nocial | Valor Justo em 31/12/2010 | Cenário Provável | +25% | +50% |
|---|-------|--------------|------------------------------|------------------|--------------|--------------|
| ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | |
| Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre aplicações: | | | | | | |
| Aplicações | USD | 6.492 | 10.786 | 704 | 3.577 | 6.450 |
| Efeito Líquido sobre aplicações | | 6.492 | 10.786 | 704 | 3.577 | 6.450 |
| Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações: | | | | | | |
| Fornecedores Longo Prazo | USD | (54.120) | 5.847 | (9.785) | (49.689) | (89.594) |
| Swaps ponta ativa por contraparte: | | | | | | |
| Contraparte Santander | USD | 7.844 | (1.197) | 1.418 | 7.201 | 12.985 |
| Contraparte HSBC | USD | 46.279 | (4.650) | 8.367 | 42.488 | 76.610 |
| Efeito Líquido sobre fornecedores / importações | | 3 | - | 0 | 0 | 1 |
| Referências | | | | | | |
| Dólar USD/R\$ | | | | 1,77 | 2,21 | 2,66 |

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Para evitar impactos relevantes em seu resultado financeiro em decorrência das variações das taxas de câmbio a Companhia tem como política a utilização de instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores, tendo em vista as taxas de juros aplicáveis às debêntures da 5ª e da 6ª emissão da Companhia, bem como aos empréstimos e financiamentos por ela contratados. Eventuais variações nas taxas de juros ou nos demais indexadores das dívidas contraídas pela Companhia poderão aumentar a despesa financeira ou reduzir a receita financeira oriunda das aplicações da Companhia.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2011. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido

| Operação | Risco | Cenário Provável | +25% | +50% |
|--|---------|------------------|---------|---------|
| ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS | | | | |
| CAIXA | | | | |
| Aplicações Indexadas ao CDI | CDI | 195.893 | 244.866 | 293.839 |
| Aplicações Pré-Fixadas | PRÉ | 38.604 | 38.604 | 38.604 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | | | | |
| Financiamentos indexados à TJLP | TJLP | 153.975 | 183.333 | 212.690 |
| Financiamentos indexados ao CDI | CDI | 145.503 | 180.505 | 215.507 |
| Financiamentos: Pré/Pós fixados via swap conf. item b | PRÉ/PÓS | 27.753 | 31.005 | 34.256 |
| Ponta Passiva - Swaps USD X % CDI | CDI | 9.785 | 49.689 | 89.594 |
| Debêntures Indexadas ao CDI | CDI | 183.007 | 222.610 | 262.212 |
| Debêntures pré fixados via swap conf. item b | PRÉ | 32.686 | 32.686 | 32.686 |
| Financiamentos subsidiárias no exterior | PRÉ | 22.029 | 22.029 | 22.029 |
| Financiamentos indexados ao IGPM | IGPM | 28.634 | 35.253 | 41.873 |
| Outros Passivos | | | | |
| Antecipações de créditos imobiliários indexados ao CDI | CDI | 94.133 | 114.255 | 134.376 |
| Referências | | | | |
| CDI Médio (a.a.) | | 12,27% | 15,34% | 18,41% |
| TJLP | | 6,00% | 7,50% | 9,00% |
| IGPM | | 11,32% | 14,15% | 16,98% |

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida. Para cobrir parcialmente esta exposição, a Companhia contrata operações de *swap* conforme mencionado no item 5.1 b deste Formulário de Referência.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia ratificou todos os atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de constituição da Brado Holding S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.341.295/0001-49, (“Brado Holding”) e da Brado Logística e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF n. 12.341.618/0001-02 (“Brado Logística”, em conjunto com a Brado Holding, “Brado”), com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, especificamente para atuar no segmento de contêineres, com o objeto de transporte, armazenagem, operação de terminais e retroáreas portuárias, *handling* e outros serviços logísticos. Esta operação será efetivada durante o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2011 e o impacto da efetivação nas demonstrações financeiras da Companhia será avaliado após



o fechamento da transação, sob a ótica o Pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios.

A criação da Brado permitirá o atendimento diferenciado necessário no mercado de varejo e a consolidação de cargas, criando a escala e a regularidade necessárias para o transporte ferroviário. Por meio da Brado, os Diretores da Companhia pretendem aumentar a participação da ferrovia no transporte de contêineres, replicando no Brasil um modelo já bem sucedido em outros países, onde o *market share* deste segmento na ferrovia é superior a 50%, bem como acreditam que trará eficiência e ganhos de custo para a cadeia produtiva como um todo. Adicionalmente, pretendem atingir uma participação de mercado em torno de 12% no volume de contêineres movimentados nos portos de atuação da Companhia, com um retorno sobre o capital empregado (“ROCE”) médio anual esperado acima de 30%. Os Diretores da Companhia entendem que este modelo reduzirá os custos de transporte aos usuários, pelo uso da ferrovia, e os custos de armazenagem, ao migrar a carga que hoje é estocada em portos para terminais no interior do país.

Além da operação descrita acima, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante para Companhia, considerando que após a efetivação das operações societárias descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência não houve qualquer ganho de capital, ágio ou deságio, já que referidas operações foram realizadas pelo valor patrimonial das sociedades envolvidas.

Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia afirmam que não ocorreram eventos ou operações não usuais não refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.4 . Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2008, entraram em vigor a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei 11.638”) e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). As alterações promovidas visaram, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes das práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil

(BRGAAP) até então vigentes. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estas demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs.

Desta forma foram efetuados ajustes para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura, após adoção dessas novas normas contábeis, em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial originalmente publicado, preparado de acordo com as normas anteriormente vigentes, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Considerando que os CPCs 15 a 43 são aplicáveis para as demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 1 de janeiro de 2010, as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não contemplam os efeitos destes pronunciamentos para fins de comparabilidade.

A Companhia apresenta a seguir os principais pronunciamentos que tiveram efeitos na preparação de suas demonstrações financeiras, aplicáveis até de 31 de dezembro de 2009:

- CPC 00 Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro 2007;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro 2008;
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro 2008;
- CPC 07 Subvenções e Assistências Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro 2008;

- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro 2008;
- CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, provado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Além dos CPCs acima mencionados acima, a Companhia apresenta a seguir os principais pronunciamentos que também tiveram efeitos na preparação de suas demonstrações financeiras da Companhia, os quais se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2010:

- CPC 17 – Contratos de Construção, aprovado pela Deliberação CVM nº 576, de 03 de junho de 2009;
- CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada, aprovado pela Deliberação CVM nº 605, de 26.11.2009;
- CPC 20 – Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 5 de junho de 2009;
- CPC 21 – Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de julho de 2009;
- CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de julho de 2009;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;

- CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
 - CPC 30 - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009;
- CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 608, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609, de 22 de dezembro 2009;
- CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 01 – Contratos de concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e, aplicação do método de equivalência patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia esclarecem que em todos os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil

(BRGAAP) até então vigentes, motivo pelo qual as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram elaboradas de acordo com os termos dos CPCs 15 a 43. As demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram ajustadas para refletir os efeitos desses pronunciamentos.

Seguem abaixo os comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos dos ajustes efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/09 | 01/01/09 | 31/12/09 | 01/01/09 |
| Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores | 3.817.263 | 2.497.945 | 3.816.229 | 2.495.533 |
| Efeitos decorrentes das novas práticas: | (237.145) | (249.509) | (236.111) | (247.097) |
| Diferido - Efeitos da baixa | (202.692) | (214.146) | (202.692) | (214.146) |
| Registro do direito de outorga - Contratos de concessão | (34.453) | (35.363) | (34.453) | (35.363) |
| Outros | | | 1.034 | 2.412 |
| Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis | 3.580.118 | 2.248.436 | 3.580.118 | 2.248.436 |

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/09 | 31/12/09 |
| Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores | 30.275 | 31.653 |
| Efeitos decorrentes das novas práticas: | 4.473 | 3.095 |
| Diferido - Efeitos da baixa | 3.562 | 3.562 |
| Registro do direito de outorga - Contratos de concessão | 911 | 911 |
| Outros | | (1.378) |
| Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis | 34.748 | 34.748 |

a) Gastos pré-operacionais – Até 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas de BR GAAP a Companhia adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Pela prática corrente, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis devem ser lançados como despesa. Dessa forma, os saldos de R\$214,1 milhões e R\$ 202,7 milhões, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, bem como a amortização de R\$ 3,6 milhões reconhecida durante o exercício de 2009 foram ajustados. Na controlada ALL – América Latina Logística Argentina S.A. a baixa foi de R\$ 7,3 milhões.

b) O direito de outorga relacionado às concessões, registrado no resultado da Companhia no decorrer do prazo da concessão, passou a ser registrado como ativo intangível em contra partida do passivo. O ativo é amortizado durante o prazo da concessão, enquanto o passivo é corrigido e baixado pelos pagamentos.

c) Impostos diferidos – Os ajustes de transição levam a diferenças temporárias, sobre as quais normalmente a Companhia contabilizará o imposto diferido correspondente. Como o imposto diferido registrado está limitado ao realizável num horizonte razoável, não houve registro adicional de imposto diferido ativo.

Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas

Os Diretores da Companhia informam que para a elaboração das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC – 37, aprovado pela Deliberação CVM 647 nº 10 de 2 de dezembro de 2010 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data da transição.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia aplicou as exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva, quando aplicável.

Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro

Os Diretores da Companhia informam que, apesar de os CPC 38, 39 e 40 determinarem que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que os instrumentos financeiros fossem classificados na data de transição, sendo essa a opção escolhida pela Companhia.

Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização

Não aplicável, tendo quem vista que os saldos no ativo diferido foram ajustados.

Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente

Os Diretores da Companhia esclarecem que Companhia calculou e contabilizou o ajuste a valor presente com base nos dados contratuais de cada transação que gerou ativos ou passivos monetários, assim como utilizou as taxas de desconto com base nas premissas de mercado existentes na data de transição.

Isenção sobre o reconhecimento de pagamento baseado em ações

Os Diretores da Companhia esclarecem que os Planos de Pagamentos Baseados em Ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2008, foram mensurados e reconhecidos pela Companhia de acordo com o pronunciamento contábil CPC 10, sendo seus efeitos registrados de forma retroativa ao início do exercício em que foram outorgados até o limite da data de transição.

Isenção para apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado sem indicação dos valores correspondentes ao exercício

Os Diretores da Companhia esclarecem que este item não é aplicável, tendo em vista que as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 apresentaram as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (“IRPJ”),

da contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), da contribuição para o (“PIS”) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei das Sociedades por Ações, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638 e Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009.

Exceção sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos

Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data de transição. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.

Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| | |
|----------------|---|
| Locomotivas | 25 anos |
| Vagões | 30 anos |
| Via permanente | Limitado ao prazo da concessão 16 a 69 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houveram ressalvas nos pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 contém os seguintes parágrafos de ênfases:

- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e 2007, incluiu parágrafo de ênfase em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, posto que as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os Diretores da Companhia entendem que esta foi uma ênfase em todos os relatórios de auditores independentes relativos à demonstrações financeiras de companhias que estavam em processo de harmonização com o IFRS. No fechamento do exercício de 2009 esta ênfase já não constava no parecer dos auditores independentes.
- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, incluiu parágrafo de ênfase que refere-se às controladas indiretas América Latina Logística Central S.A. (“ALL Central”) e América Latina Logística – Mesopotâmica S.A. (“ALL Mesopotâmica”), que assinaram com o Estado Nacional Argentino “Cartas de Entendimento”, como parte do processo de renegociação de seus contratos de concessão. Na data de emissão do Parecer dos Auditores Independentes, a Administração das subsidiárias e seus assessores legais entenderam que o processo de renegociação dos contratos ainda não estava finalizado, devido à ausência de aprovação por parte do Poder Executivo daquele país. As subsidiárias estimaram o valor

recuperável de seus ativos permanentes e de certos impostos a recuperar, em 31 de dezembro de 2010, tendo por base estudos de fluxos de caixa que consideram as modificações propostas nas “Cartas de Entendimento” anteriormente mencionadas, as quais a Administração das subsidiárias considera necessárias para o cumprimento de seus planos de negócios. A recuperabilidade do valor dos ativos permanentes e dos impostos a recuperar, presentemente, depende de que o Poder Executivo Nacional Argentino aprove a renegociação do contrato de concessão (aprovada, previamente, pela “Comisión Bicameral de Seguimiento de Privatizaciones” daquele país), e o sucesso da implementação do plano de negócios elaborado pela Administração. A resolução dessas questões encontrava-se ainda pendente na data do Parecer dos Auditores Independentes e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não contemplam nenhum ajuste e/ou reclassificação advindos dos efeitos que poderiam derivar das mencionadas incertezas. Os Diretores da Companhia esclarecem que a situação das subsidiárias é acompanhada por ela, juntamente com advogados externos especializados e que, na data deste Formulário de Referência, aguarda a aprovação por parte do Poder Executivo argentino.

- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, incluiu parágrafo de ênfase que refere-se à controlada indireta ALL Central que interrompeu o reconhecimento de receitas vinculadas aos pedágios da “Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial (U.E.P.F.P.)” à partir de janeiro de 2002. Esta decisão se fundamenta, basicamente, na falta de reconhecimento dos serviços prestados por parte da referida Unidade. No exercício de 2004, a ALL Central iniciou uma demanda junto ao Tribunal Contencioso Administrativo Federal da Província de Buenos Aires, requerendo o pagamento dos valores de pedágios, referentes ao período entre 1993 e 1996. Suportada, na opinião de seus assessores jurídicos, de que a ação de cobrança dos montantes ajuizada contra a U.E.P.F.P. tem uma probabilidade de êxito relativamente alta, a Administração não registrou provisão para perdas do valor a receber registrado na ALL Argentina no valor aproximado de R\$ 1.997 mil (P\$ 4.762 mil). Por outro lado, e em função de acordos celebrados com os acionistas anteriores, a ALL Argentina registra um passivo de valor similar, em virtude da obrigação de reembolsar 50% dos montantes recuperados, referentes aos pedágios incorridos nos períodos que antecederam à data de aquisição da ALL Central e da ALL Mesopotâmica. As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não contemplam possíveis ajustes ou reclassificações que poderiam surgir como resultado destas discussões. Os Diretores da Companhia esclarecem que acompanham essa situação juntamente com advogados externos especializados e que, na data deste Formulário de Referência, aguarda a definição do processo.
- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, incluiu parágrafo de ênfase que refere-se às demonstrações financeiras individuais, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, esclarecendo que no caso da ALL – América Latina Logística S.A. e controladas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos

investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Os Diretores da Companhia entendem que essa ênfase é comum nos pareceres de auditores independentes de todas as demonstrações financeiras brasileiras que estão de acordo com o IFRS, uma vez que o método de avaliação de investimentos por equivalência patrimonial é exigido somente pela legislação brasileira, não sendo adotado nos padrões internacionais.

10.5. Políticas contábeis críticas.

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e adotar premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações, que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas de ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, diversas estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, os Diretores da Companhia fizeram os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação desses arrendamentos como operacionais ou financeiros é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os

riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

Segue abaixo a discussão dos Diretores da Companhia sobre as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Adicionalmente, em relação ao ágio registrado no investimento da Companhia, classificado no Intangível no consolidado, os Diretores da Companhia esclarecem que:

- (i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.
- (ii) Na ALL – América Latina Logística Argentina S.A. (“ALL Argentina”) o ágio é fundamentado em rentabilidade futura quando da aquisição das ações da ALL – América Latina Logística Central S.A. e ALL – América Latina Logística Mesopotâmica S.A., em 26 de maio de 1999, sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. O valor original constituído em pesos argentinos é de P\$ 67,6 milhões.
- (iii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“ALL Malha Oeste”), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (“ALL Malha Paulista”) e ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., amortizado pelo prazo do contrato.

Nesse sentido, os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que o ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:



- ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) (composta pelas empresas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL Malha Oeste e ALL Malha Norte); e
- Malha Argentina (composta pelas empresas que atuam na Argentina).

O valor recuperável da ALL Malha Norte foi determinado em dezembro de 2010, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,9% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados utilizando uma taxa de crescimento de 1,0%, que a Companhia considera conservadora em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, os Diretores da Companhia não identificaram a necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.495,8 milhões (R\$ 2.528,0 milhões em 31 de dezembro de 2009).

Em dezembro de 2009, a Companhia reconheceu provisão para perda do valor integral correspondente ao ágio da ALL Malha Argentina, tendo em vista o momento econômico daquele país. Em dezembro de 2010, a Companhia reavaliou o valor recuperável da ALL Malha Argentina através de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções futuras de fluxo de caixa em dólares americanos considerando orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, cobrindo um período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, é de 11,89% a.a. (em U\$D). Como resultado dessa análise os Diretores da Companhia não identificaram a necessidade de provisão para perda no valor recuperável do saldo de ágio alocado a esta UGC, no valor de R\$ 14,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 17,4 milhões em 2009).

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembléia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

| | <u>2010</u> |
|--|-----------------|
| Volatilidade esperada (%) | 36.4% |
| Taxa de juros livre de risco (%) | 6% + IGPM |
| Prazo de vida esperado da opção (anos) | 5,5 |
| Preço médio ponderado das ações (R\$) | 11,00 |
| Modelo de precificação usado | Black & Scholes |

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo dos Diretores da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 5.080,1 milhões (em 2009 R\$ 5.330,9 milhões). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia afirmam que a avaliação dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras tem por objetivo fornecer conforto em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os Diretores da Companhia explicam que os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que:

- se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as operações da Companhia;
- fornecem segurança de que as operações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que o fluxo financeiro é gerido de acordo com autorizações da Administração e dos diretores da Companhia; e

- fornecem segurança de que operações não autorizadas pela Administração da Companhia, sejam detectadas e não tenham efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Os Diretores da Companhia explicam que a Administração da Companhia efetuou uma avaliação acerca dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e concluiu que a estrutura de Controles Internos referentes à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia é adequada.

Os Diretores da Companhia entendem que o não há imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Quando são identificadas deficiências nesses sistemas, a Companhia toma as medidas necessárias para sua correção. Adicionalmente, a Companhia procura adotar todas as recomendações fornecidas pelos auditores independentes em relação ao surgimento de eventuais deficiências com o objetivo de evitar sua ocorrência. Adicionalmente, a Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado.

As imperfeições nos controles internos da Companhia que geraram as recomendações previstas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 decorreram dos seguintes fatores: (i) a Companhia avaliava apenas a principal conta a receber para critério de PCLD, o que foi modificado com a sugestão dos auditores; (ii) a Companhia conta com serviços prestados por instituições financeiras que, por meio de um sistema auxiliar, realizam o acompanhamento dos depósitos judiciais realizados em nome da Companhia e suas controladas, tendo em vista a quantidade, sendo certo que tal acompanhamento é suscetível a imperfeições; e (iii) a Companhia realizava o acompanhamento dos Adiantamentos de clientes utilizando planilhas eletrônicas, tendo transferido esse processo para um sistema automatizado que gera maior robustez.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

| Deficiência Identificada | Recomendação | Comentário da Administração |
|--|--|--|
| Melhoria do critério de constituição de PCLD | Recomenda-se que a Companhia inclua todas as contas contábeis na análise da PCLD, além de também incluir na análise os critérios mencionados pelo CPC38 em relação à provisão. | Apesar de não possuir atualmente nenhum cliente que se enquadre nas situações mencionadas na norma, a Companhia irá acatar a recomendação. |
| Depósitos judiciais sem ação passiva | Foi identificado um caso de depósito judicial para o qual não havia uma ação passiva correspondente nos controles auxiliares da Companhia. | A situação foi verificada pela Companhia, e deve-se ao fato de a Justiça determinar o pagamento integral da ação. Neste caso a Companhia irá |

| | | |
|--|--|--|
| | Recomenda-se que se avalie o caso encontrado e que sejam avaliados os futuros depósitos para evitar a situação. | procurar reaver o valor através de obtenção de alvará. |
| Aprimoramento do processo de Adiantamentos de clientes | Recomenda-se que o departamento de contas a receber da Companhia crie um processo de revisão periódica dos contratos de adiantamentos de clientes vigentes, para evitar diferenças nos critérios de atualização dos mesmos em relação ao contrato. | Para o exercício de 2011, todos os contratos foram revisados e as deficiências foram corrigidas. |

10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.

Forma de utilização dos recursos resultantes

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Os recursos resultantes da oferta pública realizada em 2006 foram destinados ao pagamento de empréstimos de curto prazo, tomados para a reestruturação da Brasil Ferrovias S.A. (capital de giro) e respectivas subsidiárias, e para utilização no programa de investimentos no grupo da Companhia.

Desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Os Diretores da Companhia afirmam que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram desvios relevantes.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que as controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A., no âmbito das concessões de serviço público de transporte ferroviário, firmaram contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Estes contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis

operacionais e suas obrigações são registradas linearmente, em conformidade com seus prazos, nos termos do Pronunciamento 06 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, motivo pelo qual não são contabilizados no ativo consolidado da Companhia.

Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, exceto os mencionados acima.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Alterações geradas nas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não prevê alteração relevante de seu resultado por conta dos contratos de arrendamento e das operações de arrendamento mercantil operacional, uma vez que as despesas oriundas de tais transações já são registradas correntemente no resultado da companhia, nos termos do Pronunciamento 6 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos. O impacto das amortizações e despesas apropriadas, referente ao contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A, nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010 foram de, aproximadamente, R\$ 117 milhões e R\$ 126 milhões, respectivamente.

Natureza e o propósito da operação

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza da operação amparada no contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. é a de utilizar pelo prazo de vigência dos contratos celebrados os bens arrendados e a malha ferroviária relacionada, com o propósito de atender a demanda por transporte ferroviário, conforme metas pré-estabelecidas.

Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza das obrigações futuras assumidas pelas concessionárias através dos contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. são parcelas pagas trimestralmente, cujo valor total atualizado, seria de cerca de R\$817,8 milhões. Em contra-partida, as concessionárias têm o direito de utilizar os bens arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. pelo prazo da concessão de cada uma das malhas ferroviárias.

10.10. Plano de negócios

Investimentos

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, há necessidade de investimentos para: (i) aumento da frota de locomotivas e vagões; (ii) modernização da operação; (iii) recuperação da via com substituição e instalação de dormentes; e (iv) construção e ampliação de pátios de cruzamento; investimentos em segurança e manutenção.

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentro de seu negócio, a Companhia define como investimentos todos os gastos que tem como finalidade: (i) aumento da capacidade de transporte; e (ii) melhorias na qualidade dos processos operacionais, resultando em benefícios para a Companhia, clientes e colaboradores. As projeções de investimentos anuais são entre R\$600 milhões e R\$700 milhões, sendo que cerca de 50% desses recursos é destinado a investimentos em expansão, enquanto os outros 50% são destinados a investimentos em manutenção.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em expansão está subdividido em: (i) aquisição de novas locomotivas; (ii) obras na via permanente como adição de pátios de cruzamento, e troca de trilhos para aumento de capacidade; e (iii) outros investimentos referentes a sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos não apresentam relação linear ou certa entre material rodante, via permanente e pátios, sendo realizados de acordo com o trecho.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em manutenção, por sua vez, está subdividido em: (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção da via permanente com reparos e substituição de trilhos e dormentes; e (iii) outros investimentos referentes à manutenção de sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos compreendem todas as melhorias realizadas ao longo de 26.000 quilômetros de linha férrea, reparos em na frota de material rodante da Companhia.

Informações qualitativas e quantitativas dos principais investimentos da Companhia estão descritas no item 10.10 (c) iii e iv abaixo.

fontes de financiamento dos investimentos

Conforme informado no item 10.1 deste Formulário de Referência, os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de resultados operacionais, e financiamentos e linhas de crédito fornecidas tanto por bancos privados de grande porte, como também por bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Desde o início das operações, o BNDES se mostrou um parceiro importante para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, suportado por meio de linhas de crédito de longo prazo, o plano de investimento da Companhia. Atualmente possuímos uma linha de crédito aprovada em 2009 com 5 anos de duração, e aproximadamente R\$2,0 bilhões a serem desembolsados na medida em que os investimentos forem realizados.

Em 2009, realizamos uma emissão privada de debêntures totalizando R\$1,3 bilhão, no entanto sem o objetivo específico de levantar fundos para o financiamento de investimentos. Nesta época, o movimento fez-se necessário objetivando flexibilizar a estrutura de capital da empresa, dadas algumas restrições de controle acionário impostas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres.

Além disso, em 2008 emitimos via nossas controladas debêntures totalizando R\$500 milhões, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Tal emissão teve o objetivo de suportar os investimentos da Companhia entre os anos de 2008 e 2010.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgados

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Novos produtos e serviços

Pesquisas em andamento já divulgadas

Os Diretores da Companhia esclarecem que na data deste Formulário de Referência não há pesquisas em andamento já divulgadas.

Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não gastou qualquer montante em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços, tendo em vista que não há pesquisas em andamento.

iii. e iv. Projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentre os investimentos que a Companhia tem para expansão da capacidade e melhorias em sua malha, dois projetos se destacam: Projeto Rondonópolis e o Projeto Rumo. Abaixo se encontram seus respectivos detalhamentos:

- O projeto Rondonópolis é uma extensão de 260 km de via entre os municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis, ambos nos Estados do Mato Grosso. Para a realização do projeto, o BNDES aprovou uma linha de financiamento que corresponde a 90% do investimento e com prazo de duração de 20 (vinte) anos. A estimativa de desembolso da Companhia com o projeto Rondonópolis é de aproximadamente R\$700 milhões.
- O projeto Rumo tem por objeto o transporte pela Companhia de açúcar a granel com a expansão da capacidade operacional ferroviária da Companhia através de investimentos a serem realizados pela Rumo Logística S.A. (“Rumo”) na malha da Companhia. A Rumo deverá investir o valor de aproximadamente R\$1,2 bilhão, sendo (i) R\$535 milhões na duplicação, ampliação e melhoria da via permanente e pátios do corredor ferroviário Bauru-Santos, no Estado de São Paulo; (ii) R\$435 milhões na aquisição de até 79 locomotivas e 1.108 vagões; e (iii) R\$206 milhões na construção e ampliação dos terminais. Em contrapartida ao investimento, a Companhia efetuará a prestação do serviço de transporte garantindo curva de volume mínimo, que chegará a 9 milhões de toneladas.

10.11. Outros fatores com influência relevante

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que no julgamento dos administradores devam ser comentados.